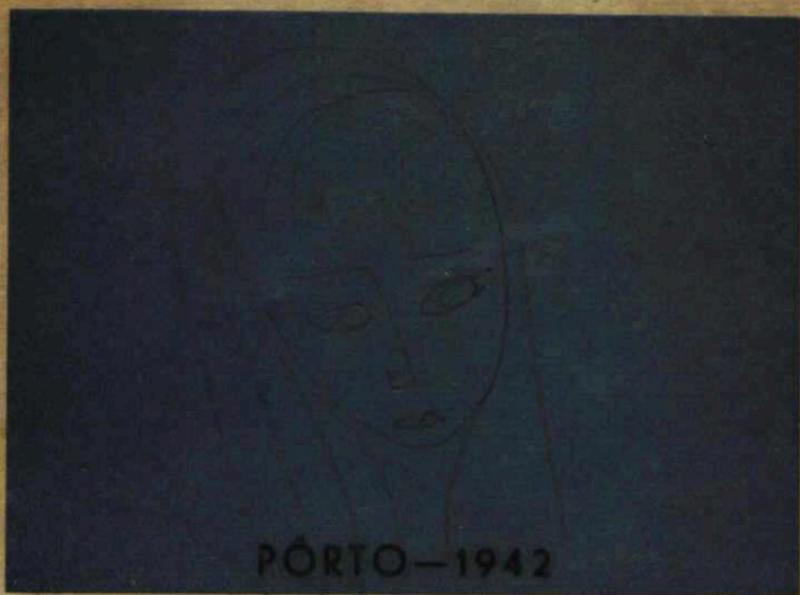


J Ú L I O F I L I P E

**AURORA E  
CREPÚSCULO  
DUMA IDADE**



LIVRARIA JOAQUIM MARIA DA COSTA

**CADERNOS AZUIS**

Shi

1 0 1 1 0 F I L I

A U R O R A

D U M A I D A

1 9 4 3 - 1 9 4 5

L I B R A R Y O F C O N G R E S S



*Harold S. Green*

AGORA E CREPUSCULO  
CADERNOS AZUIS  
UMA IDADE

PUBLICADOS

- 1 - O CENÁRIO DE MARCHA SERRA - Manoel de Azevedo
  - 2 - A ARTE E A VIDA, C. de Azevedo - Augusto de Azevedo
  - 3 - A MORTE
  - 4 - AGORA E CREPUSCULO DE UMA IDADE
- Junho 1944

A SEGUIR

NASCER DE MATEUS DE AZEVEDO - Manoel de Azevedo  
HISTÓRIA SERRA DE MARCHA - A BELLA IDADE  
por Duarte Reis de Lima

CADERNOS AZUIS  
UMA IDADE



# CADERNOS AZUIS

## PUBLICADOS

- 1 — O CINEMA EM MARCHA, *Ensaio* — Manuel de Azevedo.
- 2 — A ARTE E A VIDA, *Conferência* — António Ramos de Almeida.
- 3 — AURORA E CREPÚSCULO DUMA IDADE, *Ensaio* — Júlio Filipe.

## A SEGUIR

- NASCEU UM MALTÊS!, *Contos* — de Jorge Vitor.
- HISTÓRIA BREVE DUMA TEORIA — A RELATIVIDADE,  
por Duarte Pires de Lima.

J Ú L I O F I L I P E

---

**AURORA E CREPÚSCULO  
DUMA IDADE**

*ENSAIO*



**CADERNOS AZUIS**

LIVRARIA JOAQUIM MARIA DA COSTA

PÔRTO / 1942

F U L T O F I L I P E

---

AURORA E CREPÚSCULO  
DUMA IDADE

ENSAYO



CADERNOS AZUIS  
LIVRARIA JOAQUIM MARIA DA COSTA

---

Imprensa Portuguesa / Rua Formosa, 108-116 / PORTO

Shi

## INTRODUÇÃO

*Antes de mais nada, uma advertência ; o leitor encontrará aqui apenas uma ligeira informação, aquela que um trabalho dêste género, concentrado em poucas dezenas de páginas, poderá prestar ao estudo positivo e realista de um conflito filosófico. Daqui decorre que nos propomos apresentar tão-sòmente um escôrço das transformações económicas e sociais que constituem as étapes humanas da modernidade e consequentes projecções no campo político e no mundo ideológico.*

*Claro que pouca importância oferece a exposição mais ou menos detalhada dêste ou daquele fenómeno desde que se não procure integrá-lo no grande complexo em que surge. Portanto, ante o dilema que se nos depara, não podemos deixar de optar por apresentar, embora com leves pinceladas, uma visão global do mundo nos seus múltiplos aspectos económico, social, político, filosófico, relacionando-os no respectivo processus histórico. Por tudo isto é que, ao focarmos a aurora e o crepúsculo de um pensamento e de uma cultura, indicamos os factos que geraram, desenvolveram e negaram, por fim, êsse pensamento e essa cultura. A história das idéias não pode ser estudada fora da história geral, dos factos e das idéias. A vida é um movimento único que se manifesta em tôdas as actividades humanas, nas do esforço físico e nas do espírito, nas do braço e nas do cérebro.*

## INTRODUÇÃO

*Mal andaram os individualistas quando julgaram elaborar um corpo de doutrina social e uma cultura fundadas em valores absolutos e eternos. A vida não parou.*

*A discriminação e compreensão dos factos que prepararam a aurora e o crepúsculo da filosofia individualista, eis a finalidade que pretendemos atingir com o presente trabalho.*

J. F.

## CAPÍTULO I

### Da Feudalidade ao Liberalismo

A economia feudal era tipicamente rural. A produção agrária era o modo predominante da produção material. A riqueza da Meia Idade era, pois, a propriedade do solo que se explorava sob o regime da servidão da gleba.

O senhor do feudo era simultaneamente o proprietário da terra e o soberano. Assim, cada terra era como que um pequeno estado fortemente proteccionista, cercado de tributos locais sôbre a agricultura, a circulação e o consumo, e dentro do qual o senhor gozava de certa soberania política. Eram da sua competência o direito de cunhar moeda, o de jurisdição, o de fazer a guerra privada, o de lançar e cobrar impostos (condado (1), montado (2), jugada, (3), azarias (4), etc.).

Todo um sistema múltiplo de passagem, ou impostos pagos pela travessia de terras, de portagens — tributos pagos à sua entrada, verdadeiros impostos aduaneiros — de alcavalas, que recaíam sôbre as vendas de carne, de relêgos, sôbre a venda de trigo, de açougagens, sôbre os mercados em geral, etc., constituía uma razão forte

(1) Imposto sôbre a caça.

(2) Imposto sôbre as pastagens.

(3) Pagamento de uma porção certa de milho, trigo ou vinho que uma junta de bois produzia lavrando a terra.

(4) Imposto local que consistia no pagamento de  $\frac{1}{8}$  dos despojos de guerra resultantes de incursões em territórios inimigos.

para que o comércio medieval não assumisse o volume das grandes transacções. Outra razão, por outro lado, era o carácter da produção medieval, que não se destinava à troca, por predominantemente natural. Apenas o supérfluo era objecto de negócios. Estava-se longe da produção mercantil.

Os meios de transporte eram diminutos. O trânsito difícil. A multiplicidade de encargos onerava os preços. A circulação era tardia.

Por tudo isto, a terra era a riqueza por excelência; os camponeses, as forças pessoais da produção.

Os servos eram adstritos à gleba. Eram coisa integrante, acessória. Com ela eram doados, trocados, vendidos, como as alfaias. Podia o feudo mudar de senhor, o servo não se libertava da feudalidade. Estranha *personalidade* a que o direito da Idade Média deu ao servo que, podendo ser sujeito de certas relações jurídicas, era-o também objecto. Herdeiro na linha recta do escravagismo, trabalhava gratuitamente durante certos dias da semana nas terras do donatário ou obrigava-o o encargo de uma renda.

No plano dos direitos de família, não era lícito ao servo da gleba contrair matrimónio sem o consentimento do senhor, que exercia o direito «prima nocte».

Em matéria fiscal, pesavam sobre a sua cabeça as capitações (1).

Mas nas cidades desenvolvia-se o artesanato livre. Independentemente do jugo senhorial, os artesãos possuíam, por vezes, gado, uma junta de bois, uma porção de terra, uma oficina de artes e ofícios e, em muitos casos, ape-

(1) Imposto pessoal consistente em um tanto por cada pessoa ou coisa.

nas o seu braço para trabalhar fora da adstrição servil. Uns apenas produziam para as necessidades do consumo pessoal e da família ; outros desenvolviam uma pequena produção mercantil. Os produtos da sua indústria já se destinavam ao comércio. Eram mercadorias.

As oficinas eram ao mesmo tempo lojas. O comércio era local. As trocas entre as diversas cidades, regiões ou províncias eram excepcionais. Já disse que as razões estavam na anarquia tributária, no carácter natural da produção e nas dificuldades de comunicações. Em suma: na própria estruturação económico-social do feudalismo.

O artesanato das cidades agrupava-se em corporações. Estes grupos profissionais solidarizavam-se, cresciam em poder económico e político, organizavam-se. Defendiam-se por detrás de guarnições e fortalezas que erguiam nos centros urbanos. O trabalho livre era mais produtivo e as corporações defendiam a sua organização de classe, evitando a concorrência pelo tabelamento dos preços, pela inspecção de produtos, enfim, por uma série de medidas tendentes à protecção do artesanato e ao desenvolvimento do comércio.

Os artesãos eram, por vezes, também comerciantes, mas uma classe progredia, especializando mais e mais a actividade mercantil. Os mercadores medievais igualmente se solidarizavam em organismos profissionais. Eram as guildas ou hansas.

Periòdicamente se celebravam feiras e mercados, onde se patenteavam ao público circunvizinho os produtos da indústria doméstica.

As gentes das cidades que cresciam económica e politicamente ante o mundo feudal, entravam em contradição com as relações de produção senhoriais. O comércio precisava de avolumar as trocas e a feudalidade boicotava-o. Os mercadores necessitavam do extermínio das barreiras aduaneiras. As corporações de artes e ofícios clamavam o trabalho livre.

A história da Idade Média é a história desta luta.

No plano da produção agrária, ouve-se o clamor dos camponeses, humilhados e ofendidos pelas rendas e pelas «corvées» (1) feudais.

Nas cidades, as corporações e as guildas exigiam a liberdade de trabalho, de indústria e comércio.

Cada vez atroam mais os ares os gritos de revolta dos camponeses.

Mas eram os homens das cidades que iam comandar a história.

Quando a exploração camponesa assumiu proporções agudas, quando o senhor feudal intensificou o seu domínio, equipando melhor as suas tropas e aumentando as rendas e as «corvées», observa-se o êxodo das populações rurais para os centros urbanos. A razão desta fuga estava na liberdade das cidades. Daí o aumento populacional urbano. Assim crescia a força de trabalho e o exército citadino para a luta.

Mas a feudalidade, embora já condenada pela história, não capitulou. As grandes transformações sociais não se operam sem lentidão. São o resultado de uma lenta elaboração social.

Não foi sem uma resistência até ao desvairamento que a feudalidade cedeu o passo às novas forças sociais.

Ante o perigo da fuga, os senhores estendem aos camponeses livres a situação jurídica da servidão da gleba. Prendem-nos à terra.

Esta situação mais se agravou com o movimento centralizador.

Os impostos tendem a ser pagos em dinheiro. O Estado, o poder central, cada vez recebe menos gêneros, em que não encontra qualidade liberatória. Os tributos, as rendas assumem a natureza de prestações pecuniárias. E o camponês procura desonerar-se ven-

---

(1) «Corvées» ou corveias — primitivo imposto feudal que recaía sobre os trabalhadores.

dendo os seus produtos. Aumenta assim o volume das trocas, progride o comércio.

Mas as vendas fazem-se em condições desvantajosas para as massas dos campos. É preciso arranjar dinheiro para pagar as rendas ao Estado — esta a triste realidade. E o camponês leva ao mercado os seus produtos. Mas o mercado é pobre. As vendas fazem-se ao desbarato e quando isto ainda não basta, há o recurso ao usurário. Porque é preciso dinheiro para os tributos. O camponês vê-se nesta situação aflitiva.

Nas cidades goza-se de certa autonomia. O direito de asilo é inviolável. Está exarado nos forais. Mas o camponês não pode fugir, porque está prêso à gleba.

O espírito de revolta começa a dominar os ânimos. Prepara-se a reacção. Acende-se o primeiro fogo em França. Legiões de camponeses erguem os braços armados. Incendeiam o primeiro domínio. Depois outro, e outro... É a «Jacquerie».

A Europa era já um imenso rastilho. Ateiam-se incêndios na Suábia. Forçam-se as abadias. Clama-se pela liberdade dos servos. É a revolta dos anabatistas.

Luteo, que se havia insurgido contra o tratado de Tordesilhas e conseqüente partilha do mundo pelos estados ibéricos e contra o poder dos senhores eclesiásticos, ordena a perseguição ao movimento. 25:000 servos são massacrados.

O levantamento luterano ficou na história como a primeira grande reacção dos centros urbanos e dos pequenos aristocratas contra os fortes suseranos (1).

---

(1) O movimento reformista representou um acontecimento histórico com raízes e antecedentes económico-sociais. Por um lado, o papa havia dividido o mundo entre Portugal e Espanha no tratado de Tordesilhas. Por outro lado, as abadias e as igrejas detinham vastos feudos. O movimento de reacção crescia nos centros burgueses. Os pequenos senhores também viam no esbulho das grandes mitras e dos senhores feudais eclesiásticos, que na Alemanha

Na Rússia, os camponeses atrás do pendão de Pongatchoff exigem a vida livre. Pongatchoff é o Spartacus do séc. XVIII. Como êle, ergue-se altaneiro contra as muralhas do mundo velho. E esmigalha o crânio contra a reacção feudal.

Em França, o ano de 1774 foi especialmente rico em motins. A insurreição foi esmagada. Mas a onda era violenta. Nada podia contê-la. Outros mais tumultos surgem e são esmagados. Foram os levantamentos que agitaram 1783, 1786 e 1788 e que haviam de levar a feudalidade à morte.

\*

\* \* \*

Porque as taxas e tributos locais interditavam as trocas e as milícias senhoriais sabotavam o comércio atacando as vias de comunicação, as cidades levantavam-se à uma em sinal de protesto. Aproveitando-se das dissidências entre os senhores feudais que se cavavam a ruína na guerra privada, os centros urbanos enfileiravam ao lado do mais forte, auxiliando-o na submissão dos outros. Era política. Procuravam assim minar o regime. Por isso é que nas lutas pela centralização do poder se bateram ao lado das hostes reais.

Ao mesmo tempo que a feudalidade entrava em decadência, enquanto as massas camponesas puderam fugir para as cidades, a organização corporativa ganhou

---

eram poderosos suseranos, um meio oportuno de enriquecimento. Lutero surge como organizador destas tendências históricas.

Os servos resolvem enfileirar ao lado dos protestantes, julgando possível a libertação do jugo feudal. Os príncipes e as cidades tentam a vitória. Lutero comanda-os. E ordenou a perseguição dos «cães danados». Os camponeses foram atacados por dois fogos.

Em Portugal, país de feudalismo atenuado, não criou raízes fundas o protestantismo, mas o seu pensamento projectou-se mitigado nas leis de desamortização.

braços. Os trabalhadores dos campos que a servidão não havia prendido à gleba eram agora *aprendizes e companheiros do mestre artesão*.

Mas a população urbana aumentara assustadoramente. As associações de classe desenvolviam-se numericamente. E os mestres artesãos recearam a concorrência. A regulamentação do trabalho corporativo procurava obviar a ela. Os períodos de aprendizagem são multiplicados, o exame dos companheiros para mestres é dificultado por um júri mais exigente. Os candidatos à mestria reprovam com mais frequência. Entram em contradição com o próprio corporativismo das cidades.

Paralelamente, procura-se estabilizar os processos de produção, as associações de classe esforçam-se por fazer das cidades centros autárquicos, interditando o comércio de mercadorias importadas. É então que os mercadores, associados nas hansas, rivalizam com as corporações.

Quando as contradições nos campos e nas cidades atingiram as proporções de facto histórico, o feudalismo entrava em crise.

Os descobrimentos marítimos desenvolveram poderosamente o comércio. A organização corporativa combatia a mercância de produtos importados. Mas as descobertas da Índia, do Brasil, da América eram acontecimentos por demais importantes para levar os mercadores às terras de além-mar. Novos entrepostos foram abertos. O comércio do Atlântico deslocou o eixo das relações mercantis. As repúblicas italianas viram fugir-lhes os mercados do Levante. O comércio, de local e interno, passa a ultramarino. A América e a Índia são as grandes fontes de riqueza. O ouro e a prata da África, da Índia e do Brasil afluem à Europa. Começa a especulação, o comércio de câmbios.

O artesanato urbano falia com o feudalismo. As corporações já se afiguravam impotentes enquanto se expandia o capital comercial.

Os mercadores entram de fomentar a produção. Chegam a formar-se nos maiores centros grandes manufacturas. A produção é controlada pelo capital mercantil. O artesanato livre, sem divisão social de trabalho, ficava para trás ; agora chegava à liça a manufactura capitalista.

Os artesãos cada vez mais caíam na órbita económica dos negociantes. Os homens de negócios eram os detentores da matéria-prima e das riquezas. O velho artesanato freqüentemente recorria a êles para não paralisar a produção corporativa. Os empréstimos fazem-no dependente dos mercadores, que vão mais e mais concentrando os meios produtivos. Esta concentração degenera em monopólio. E os artesãos obrigam-se a vender a sua única riqueza: a sua força de trabalho. Já não se chamam artesãos: chamam-se operários.

E assim se ergue de entre os escombros da sociedade feudal em decomposição, a manufactura capitalista.

Dentro da manufactura opera-se uma divisão de trabalho, contrariamente à produção artesã. A divisão de trabalho é mais produtiva e o desenvolvimento das manufacturas impulsiona o comércio.

O facto saliente da superação do artesanato pela produção manufactureira está em que o operário não detém nem meios de produção nem mercadorias. Apenas vende a sua força de trabalho por um salário. Surge nítida a distinção entre operários e patrões. Ao patrão pertencem os utensílios, as matérias primas, os produtos e o lucro. É o domínio do capital industrial. A classe mercantil, que começara por fomentar e financiar a produção, acabara por conquistá-la. O primeiro passo trouxe o domínio do capital comercial. O segundo convertera os mercadores em industriais.

Mas as relações de produção feudais opunham-se ao crescimento das novas forças, que começaram a negar

os processos de exploração agrícola e a organização corporativa das cidades. O conflito assume agudeza extraordinária. A superação da feudalidade é uma necessidade. O caminho da história estava traçado. Daqui ao liberalismo mediava um salto. A superação do mundo velho. Porque era precisa a superação do mundo velho para que os novos interesses económico-sociais fôsem satisfeitos e a produção manufactureira ficasse com os horizontes rasgados.

Mas os velhos sistemas económico-sociais, políticos e jurídicos persistem. Agarram-se às formas tradicionais. Desesperam por manter-se.

Na Inglaterra, os burgueses, ao lado dos barões, minam o absolutismo. Aqui é que está a verdadeira origem das liberdades políticas inglesas. Cromwel sobe ao poder. Atrás dêle está a classe urbana. O Acto da Navegação visa a protecção do comércio e da marinha. A reacção, que não tardou, fêz da Inglaterra um teatro de luta. Os burgueses pactuam com os aristocratas insatisfeitos. Comprometem-se com êles. A revolução de 1688 consagrou a liberdade de comércio.

Locke é o primeiro pensador da burguesia. Outros mais, a seguir, explicam o estado de guerra entre as novas forças e as velhas relações. Chamam-se, por exemplo, Montesquieu, Voltaire, Mably, etc.

Os conflitos sociais da última fase feudal reüniam, de um lado a exploração senhorial dos campos e a organização corporativa das cidades; do outro, as massas camponesas e os operários e pequenos burgueses dos meios urbanos. Quando êste conflito atingiu agudeza extrema, rebentou a Revolução Francesa.

A burguesia, classe forte e organizada, alcançou o poder. E a sociedade foi regida no campo económico, no social, no jurídico e no político pelas fórmulas liberais.

Estavam os horizontes rasgados à manufactura e ao comércio. Depois da derrocada de um mundo, outro se erguia vitorioso: o mundo liberal.

## CAPÍTULO II

### Aurora da modernidade

A Revolução Francesa rebentou quando foi possível um entendimento entre a burguesia das cidades e as massas populares camponesas e urbanas oprimidas pelos dizimos e pelo jugo feudal. Foi a grande ponte de passagem de um mundo para outro. Um grande acontecimento político que consagrou e desenvolveu uma grande transformação social: a superação do sistema senhorial pelo liberal. Deu a realização plena às tendências históricas representadas no movimento burguês. Mas a acção popular foi a base que tornou possível o triunfo da manufactura e do comércio urbanos que para o pleno desenvolvimento exigiam a supressão dos laços coercivos feudais e a proclamação solene da liberdade individual de produzir e trocar.

Enquanto a missão era destruir a ordem feudal, foi possível o entendimento. Mas a burguesia, instruída, com um programa definido e concreto pela acção dos seus políticos, organizada, ostentando uma pléiade de filósofos, assenhoriou-se do poder, decerto porque não se verificou coesão nas massas dos campos.

Diz-nos um historiador da grande revolução que, sem a sublevação dos camponeses que foi de 89 a 93, nunca se teria operado uma transformação social. A França obteria um Parlamento, como a Prússia o obteve em 1848,

que na sua obra inovadora não passaria da superfície. Seria até possível um compromisso entre a burguesia e a aristocracia, como um século atrás em Inglaterra (1).

Desde os primeiros momentos em que a feudalidade entrou em declínio por impossibilidade de resolver os problemas que o tempo foi gerando, as massas camponesas intervêm na vida pública. E quando surgiu a Revolução Francesa, lá estiveram elas ao lado da burguesia na obra de destruição do mundo velho. Mais tarde, quando se tratou de organizar o concôrto social, as lutas políticas ensanguentaram a Convenção. Robespierre e Saint Just são os primeiros luminares da pequena burguesia. Marat é o Amigo do Povo. O homem forte que anunciou as tempestades. Mas Marat foi assassinado. Marat é dos gigantes que «tendo a coragem de morrer para os adversários, têm a de não morrer para os companheiros» (2). As milícias ficam com o campo livre. E por entre o fragor das batalhas e o ranger das guilhotinas construíram a ordem liberal. As milícias eram a arma de choque de uma classe que elaborava um plano de construção económica, social e política.

A história seguiu um dos caminhos que as forças sociais em conflito abriram à humanidade: o liberalismo.

As relações de produção lucrativistas encontravam agora o clima social de que careciam. Estava o caminho aberto ao capital industrial. A humanidade tinha atingido

---

(1) Esta atitude de compromisso foi manifestada na Assembleia Constituinte por muitos representantes do Terceiro Estado. MIRABEAU apelou largamente para uma acção conjunta da burguesia e da Córte contra os «auxiliares sediciosos». E a Assembleia votou uma mensagem ao rei protestando nos termos mais servis uma profunda dedicação ao monarca. Ao mesmo tempo organizava uma milícia para conter na ordem os bandos de arruaceiros.

Mais tarde, o pacto burgo-aristocrático foi o fundo do programa da Gironda. Mas a Gironda foi derrotada e a França deu um passo em frente.

(2) ROMAIN ROLLAND, *Au-dessus de la Mêlée*.

uma *étape* superior da evolução histórica. As contradições sociais, as múltiplas contradições sociais que fizeram a aurora de uma idade, reduziam-se numa nova síntese humana.

E enquanto as forças produtivas da sociedade deixavam os campos para dar braços à indústria triunfante, os juristas construíam sobre as relações económicas estabelecidas um sistema jurídico e político cujos princípios gerais foram ditados pelas cidades e pelos burgos. O direito liberal superou as fórmulas feudais; mas primeiro foram os interesses das novas forças económicas que se realizaram.

Esta *superação* liberal deu-se em tôdas as frentes: na social, na económica, na política, na jurídica e na filosófica.

A liberdade de indústria e comércio eram os dogmas fundamentais da nova ordem jurídica. O livre-cambismo procurava, pelo extermínio das alfândegas internas, aumentar o volume das trocas, estimular a manufactura, reagindo à actividade industrial.

Outro princípio basilar das relações de direito era a inviolabilidade da propriedade. O direito de apropriação era elevado à categoria de direito natural.

Todos êstes dogmas se projectaram no campo político e deram origem aos conceitos individualistas da liberdade individual e dos direitos naturais do cidadão.

O liberalismo consagrara um pensamento novo, como séculos atrás a feudalidade consagrara um outro.

Em resposta, a idéia da cidadania reagiu sobre a estrutura material e, conjugada com a necessidade do labor livre, entronizou a liberdade de trabalho. As barreiras feudais que prendiam o trabalhador eram demolidas. Não mais escassearia a mão de obra. Os camponeses viriam por força de uma necessidade histórica dos campos e das aldeias impulsionar a indústria das cidades. E a indústria tinha grandes destinos a cumprir. Traria a riqueza, a abundância e o progresso. Mas precisava de

braços. Que o camponês fôsse, pois, «livre de deixar a sua cabana e que fôsse forçado a fazê-lo: que fôsse levado a emigrar para as cidades».

Assim se marcha em todos os planos para a revolução liberal.

No campo económico-social a realidade saliente é o liberalismo económico, a liberdade dos mercados — livre cambismo nacional e mundial; no plano jurídico e político substitui-se o republicanismo ou monarquia constitucional ao absolutismo senhorial; no filosófico, as faculdades conscientes do indivíduo são o valor supremo.

O pensamento individualista dominava o panorama económico — individualismo económico —, o jurídico — individualismo jurídico —, o político — individualismo político.

O movimento codificador representou uma actividade legislativa que reflectiu na ordem jurídica a liberdade de produzir e trocar e os outros fundamentos do racionalismo liberal. A soberania da vontade e a liberdade individual são as categorias básicas das relações sociais.

A própria sociedade humana mais não representava, para alguns pensadores do tempo, do que uma síntese de natureza contratual superior ao estado de natureza em que os homens viveram, segundo uns — escola de Rousseau — num estado de paz e harmonia espontâneas; segundo outros — escola de Hobbes — num estado permanente de guerra; mas, segundo todos os teóricos da tese contratualista, sem liames de interdependência que os unisse numa unidade social.

O individualismo, que já tem sido interpretado no exagêro de ser julgado um corpo de doutrina que considera o indivíduo concreto como fim único do direito e do estado, vê na sociedade um aglomerado de indivíduos autónomos.

O individualismo não atribui ao indivíduo concreto a única realidade humana, contrariamente ao que já se tem afirmado nas cátedras e na imprensa. É isto porque

já as legislações que o reflectiram, na máxima pujança, como o Código Civil de Napoleão, inserem preceitos limitativos da liberdade, em consideração a um interesse extra individual. E não digo que o interesse superior que impôs as restrições da vontade fôsse um *interesse social*, porque as coisas têm que ser encaradas nos seus termos precisos. Mas passemos adiante.

Como bem nota Fernando Pinto Loureiro <sup>(1)</sup>, na ordem jurídica criada pela Revolução Francesa, que é a expressão acabada do triunfo do individualismo, são incluídas regras coercitivas do exercício abusivo do direito. O que prova, portanto, que os individualistas tiveram uma idéa de «colectivo». Mas este «colectivo» não oculta, nem de longe, o conceito superior de «indivíduo». É precisamente o somatório de «indivíduos» que constitui o «colectivo». Em resumo, uma concepção atomística da sociedade.

Compreende-se agora facilmente que as limitações à autonomia da vontade eram impostas não pela idéa de «social» (e isto resulta de se não considerar a sociedade uma *realidade viva*, para além dos individuos) mas pela de tornar coexistentes e harmoniosos os interesses individuais autónomos.

Embora não se desse grande relevância ao conceito de «grupo», nenhum doutrinário deve ter pensado na dissolução dos laços de sociabilidade. Simplesmente se procurou, não regressar ao estado de natureza, mas *aproximar* cada vez mais o homem da liberdade natural.

Foi esta concepção atomística da sociedade que orientou a elaboração dos códigos liberais. O individualismo saía do âmbito político das constituições (chegou-se a não permitir o direito de associação) e penetrava no

---

(1) Cf. F. PINTO LOUREIRO, *Individualismo e Anti-individualismo no Direito Privado*, dissertação de licenciatura na Faculdade de Direito de Coimbra.

direito privado — civil e comercial — para afirmação do liberalismo económico, da liberdade mercantil, industrial e de trabalho.

O individualismo era a concepção dominante do mundo, a nova filosofia da vida.

Porque uma concepção dominante de todo um sistema de relações (primeiro mesmo que se fizesse sentir no campo político e jurídico), entrou a dominar aos poucos o mundo económico. Começou por ser o «mot d'orde» do movimento burguês que se iniciou por alturas do séc. XVII. Agrilhoadas num sistema de relações produtivas feudais que se afigurava impotente para dar satisfação aos desejos de liberdade de trabalho, de comércio e de indústria da burguesia nascente, a liberdade dos mercados, a liberdade dos contratos, a entronização da vontade constituíam as pedras angulares do novo edifício social. A contradição, que se cavara fundo entre as forças de produção que desenvolviam poderosamente uma consciência de classe nas cidades e nos burgos e as relações feudais, foi-se mais e mais agravando. A burguesia foi suficientemente forte para conquistar ao lado dos barões certas prerrogativas mercantis em 1688. De conquista em conquista se caminha até à Revolução Francesa. Depois vieram as tempestades que abalaram o mundo. E a seguir a sociedade liberal.

A abolição das barreiras aduaneiras expressas nos direitos de passagem e de portagem, a supressão dos múltiplos tributos sobre a agricultura, de circulação e de consumo foram solenemente proclamadas. Liberdade de produção, liberdade de circulação, livre-concorrência: estão lançados os alicerces do individualismo económico.

O movimento jurídico subsequente, conquistado que foi o poder político, constitui a resposta directa aos acontecimentos sociais. Coube-lhe superar o direito penal feudal, levando o liberalismo à ordem jurídica. Daí os dogmas do direito privado construído e que, segundo

Cambancérès (1), são: liberdade de exercício da propriedade, liberdade contratual e liberdade de disposição dos bens para além da morte.

Para exemplo: em matéria de propriedade o Código Civil Português patenteia a evidência como a filosofia individualista presidiu à regulamentação jurídica. Assim, o art. 2:167.º resa: «diz-se direito de propriedade a faculdade que o homem tem de aplicar à conservação da existência e melhoramento da sua condição, tudo quanto para esse fim legitimamente adquiriu e de que, portanto, pode dispor livremente». E o art. 359.º: «dizem-se direitos originários os que resultam da própria natureza humana... Estes direitos são: ..... 4.º o direito de apropriação».

Chegou a dizer-se em França que a propriedade é a «esfera externa da pessoa».

\*

\* \*

As relações de produção liberais foram elaboradas numa civilização predominantemente rural. Melhor: embora comesçassem a desenhar-se as primícias de uma indústria manufactureira, estava-se muito longe daquela civilização «sobre-capitalista» que a mecânica, o vapor, a química e a electricidade criaram.

A liberdade de indústria e a concorrência corresponderam a uma técnica produtiva manual. Mais tarde, a industrialização havia de pôr estas relações em conflito com as forças produtivas. Quere dizer: embora comesçasse a introduzir-se na produção o vapor e a mecânica, a época ainda não havia amadurecido para mostrar a insolubilidade, dentro de um direito individualista, dos problemas que a industrialização havia de pôr à huma-

(1) Citado por FERNANDO PINTO LOUREIRO, *ob. cit.*

nidade (1). Mais ainda: a perspectiva da primeira revolução industrial, fazendo acreditar no aproveitamento integral dos recursos das forças de produção, criara um optimismo ardente no capital triunfante. O progresso da técnica reduziria a mão de obra, pouparia esforço, acumularia as riquezas. A humanidade andaria para a frente no meio da abundância, à medida que os meios de produção se mecanizavam.

Ao mesmo tempo, o decréscimo do custo de produção permitiria avolumar os lucros. A classe que vencera na Revolução Francesa tinha diante de si um mundo a conquistar.

Quem mais produzisse maiores facilidades teria de contratar, vender, negociar. Por isso se exigia a liberdade de fabrico e a liberdade dos mercados. A concorrência livre na produção e na troca.

Os políticos inscreveram nas constituições a liberdade de trabalho, de comércio e de indústria como garantias individuais do cidadão.

Os jurisconsultos, por seu lado, elaboram, ao lado do direito civil, Códigos Comerciais, tanta esperança se depositava na actividade mercantil (2). Os negócios deixavam de estar regulados em leis extravagantes, para serem objectos de compilações sistemáticas.

As corporações e as jurandas caíram na memorável noite de 14 de Junho de 1791. Acabara a última barreira que se opunha à liberdade dos contratos. Camilo Desmoulins escrevia no *Vieux Cordelier*: «Irã negociar às Índias quem quiser. Terá uma loja quem puder. O mes-

(1) Precisamente quando estes problemas começaram a surgir, o individualismo declinava. A idéa de direito de propriedade, por exemplo, evolucionou, com particularidades aqui e acolá, no sentido do «social».

(2) A codificação comercial surge como uma consequência lógica do movimento esboçado na Idade Média, quando os mercadores ganhavam poder económico, com o direito estatutário.

tre alfaiate, o mestre sapateiro, o mestre cabeleireiro não-de chorar; mas não-de regosijar-se os aprendizes e haverá paz e iluminação nas mansardas».

Os economistas falavam a mesma língua. Uma fé inquebrantável no progresso humano divinizava o homem empreendedor e voluntarioso, heroizava-o. O cidadão que viera das cidades para ditar uma ordem ao mundo, que falara de liberdade e progresso, era um gigante.

Soprava uma forte rajada de optimismo. O optimismo que se segue sempre aos primeiros momentos da vitória.

A organização social e jurídica tinha que permitir ao herói, que trouxera um pensamento novo, que produzisse e trocasse livremente. E os economistas, logicamente, respondiam: *laissez faire, laissez passer*.

Da concorrência nos mercados sairá vencedora apenas uma força: o esforço do trabalho humano.

Até os mais humildes lucrariam com a ordem liberal, porque o progresso baixaria o custo de vida. Por outro lado, o trabalho livre era o mais precioso de todos os bens. A dignidade humana reclamava-o. Liberdade de pensamento e de acção do indivíduo. Os moralistas falam da dignificação da *pessoa* pelo livre exercício das faculdades individuais; os filósofos, da razão natural.

A liberdade das actividades económicas trazia uma harmonia espontânea. O pensamento fisiocrata ressurgia enriquecido no cérebro dos economistas liberais.

Sob o império do «direito natural» do indivíduo, as relações de produção e troca estabelecidas na Revolução Francesa, depois das jornadas sangrentas das ruas, realizavam uma «ordem natural» que fomentaria o bem de todos. O poder político, perante o mundo económico, tinha um sagrado dever a cumprir: deixar actuar a «lei natural».

A riqueza da nação e a harmonia social viriam por si, do livre jôgo das iniciativas privadas.

Os políticos faziam côro com os economistas. Bradavam a mais veemente apologia do conceito individualista,

A liberdade económica, reflectia-se nas garantias individuais do cidadão. A idéia abstracta do individuo, como ente soberano e livre, levaram até as primeiras constituições à proibição do direito de associação. A associação, criando laços de solidariedade humana, conduzia ao cerceamento do direito natural de liberdade. A liberdade era o valor que dominava a organização social e política.

Os juristas, no plano das relações de direito, elevaram uma ordem sobre os princípios dos direitos originários, isto é, «resultantes da própria natureza humana». O homem, só porque homem, é titular de direitos. No número destes estão como condição da plena realização do individuo o direito de liberdade e o direito de apropriação.

O papel da lei civil está tão-somente em reconhecer e proteger os direitos originários, «como fonte e origem de todos os outros».

Economistas, políticos, juristas, filósofos — todos afinam pela mesma nota. Eles reflectem nas ideologias uma realidade histórica: a vitória da manufactura e do comércio.

Enquanto as revoluções da técnica não perturbaram a economia e o pensamento individualistas, a humanidade viveu em equilibrio.

### CAPITULO III

#### A ciência contra o individualismo

Os homens que instituíram os princípios do individualismo económico, político, jurídico e filosófico supuseram que tinham estabelecido uma massa de fundamentos imutáveis, válidos no espaço e no tempo, porque tais fundamentos enraizavam na razão humana e a razão humana era sempre e em tōda a parte igual.

O concêrto estrutural das sociedades — e o superestrutural — tinha encontrado a sua última e mais elevada fase da evolução.

Não querê isto dizer que se pretendesse, por um sistema de harmonia social, parar a vida e a história. No entanto julgava ter-se encontrado um conjunto de fórmulas e relações fundamentalmente fixas, dentro das quais se desenvolveria a vida colectiva. E isto porque se acreditava no arranjo das sociedades com base na razão natural.

Mas esta concepção idealista do mundo não resistiu ao avanço dos tempos. A própria história se encarregou de negar a filosofia individualista. O conceito do homem absoluto e abstracto, origem de tōda a construção social, cedeu ante o conceito do homem real que age e pensa no interior de fórmulas e relações.

Uma nova concepção da vida humana começou a desenhar-se nos horizontes. Descobrem-se leis científicas da evolução da vida colectiva. A consciência humana

é encarada não como um fenómeno determinante e absoluto, mas como um produto de fórmulas sociais, políticas e jurídicas, com as quais varia, agindo e reagindo reciprocamente.

\*  
\*   \*  
\*

A lei da história é o movimento. A vida é um *processus* de desenvolvimento, é uma realização perpétua, é dinamismo. A marcha dos homens não pára. Cada ponto a que chegam é simultaneamente um ponto de partida. Com os seus avanços e os seus retrocessos, fluxos e refluxos, a vida colectiva é um devir constante.

«As forças motrizes da sociedade humana, as que provocam a transformação das idéias, da consciência e das instituições humanas, não provêm em primeiro lugar da razão absoluta» (1). Este foi o erro fundamental da filosofia individualista. O erro que a condenou.

O arranjo das instituições, a forma que elas revestem em determinado momento histórico surge como uma necessidade histórica que se fêz sentir no seio das sociedades. Não se trata, porém — e isto é essencial — de um fatalismo, contrariamente ao que já se tem afirmado. Trata-se sim de uma necessidade resultante da acção conjugada e recíproca das forças materiais, da acção e da consciência humanas.

Por isso é que faliu a doutrina individualista quando procurou *fixar* princípios dentro dos quais se desenvolveria a história. Dizia-se que tais princípios derivavam da própria razão natural, mas a razão, ela mesma, integra-se no Sistema Social e não é o factor primário da evolução. Os individualistas não se aperceberam de que a vida negaria os valores absolutos e que transformaria até a consciência dos homens.

---

(1) Cf. BEER, *Histoire générale des lutes sociales*.

Para elucidação dos leitores do debatido problema social, jurídico e filosófico — individualismo ou anti-individualismo — não podemos deixar de apresentar embora resumidamente, os factos que se opuseram à ideologia liberal. Poder-se-ia abrir aqui um capítulo a que chamaríamos: os factos que determinaram a crise do pensamento e da cultura individualistas.

A Revolução Francesa, dando o poder político aos liberais e o domínio económico à indústria urbana, consagrou a superação da produção artesã pela manufactura. O trabalho, manual e doméstico, aproveitava como forças objectivas os animais, o vento, as correntes de água. Mas quando a grande revolução ateou os incêndios que derrubaram a feudalidade, já começava a desenhar-se a aplicação da mecânica à indústria.

Watt inventara em 1775 a máquina a vapor, aplicando como força motriz a pressão que o vapor de água adquire dentro de uma caldeira, submetida a temperaturas elevadas. A energia calorífica é, com Watt, uma fonte geradora de trabalho mecânico.

Quando foi elevada a sistema a introdução da máquina na indústria, operou-se a primeira revolução industrial. Passou-se então da oficina manufactureira à fábrica.

A multiplicação da riqueza com as novas forças de produção foi prodigiosa. A capacidade produtiva cresceu, a maquinofactura opõe-se à indústria manual. A manufactura é ultrapassada pela indústria maquinista. A nova técnica, a técnica mecânica, provocou mais um passo em frente à humanidade. Passa a produzir-se mais, melhor e em menos tempo. A produção mecânica estimula a actividade industrial. O volume das trocas crescia progressivamente, os negócios multiplicavam-se numa razão geométrica, o comércio conquistava mercados. Por-

que eram precisos mercados que servissem de escoadouro à produtividade da máquina. Como ia longe a produção natural! Chegou o período da mercância. As máquinas transformam as matérias-primas e os bens instrumentais em mercadorias. Produz-se para a venda, compra-se para a revenda, para os negócios e o lucro. Os mercadores aumentam o quantitativo do ganho produzido na fábrica e na oficina. Os produtos destinam-se à troca. São, primeiro que tudo, objecto de contratos. São mercadorias.

As máquinas produzem em massa. Sobrepõem-se ao trabalho manual que declina. A maquinofactura tomalhe o passo. O número de horas de trabalho necessário para a produção das mercadorias diminui consideravelmente.

«A descoberta da América tinha tornado possível o mercado do mundo: a grande indústria realizou-o.»

«O mercado do mundo foi para o comércio, para a navegação, para as vias de comunicação por terra, o motivo de um desenvolvimento que, por seu turno, reagiu sobre o crescimento da indústria.»

O vapor aplicado à indústria provocou o aparecimento das máquinas automáticas, do motor de explosão, a transformação do emprêgo dos combustíveis, ao mesmo tempo que impulsionava poderosamente a indústria de transportes e abria os oceanos à navegação.

«O tempo cresceu vinte vezes e a força dez mil (1).»

Industrializa-se a agricultura. A produção mecânica vai dos centros urbanos aos campos. O vapor revoluciona a vida económica por tóda a parte. Mas a sua maior, mais intensa e rápida aplicação à produção industrial das cidades, imprime um progresso gigante às indústrias têxteis, à metalurgia, à produção mineira, aos transportes marítimos e terrestres.

---

(1) Cf. OLIVEIRA MARTINS, *O Regime das Riquezas*.

As distâncias são encurtadas, as vias de comunicação aperfeiçoadas, os meios de transporte impulsionados. Por toda a parte se abrem estradas e caminhos de ferro. A indústria florescente torna o comércio florescente. E o comércio reage sobre a indústria, florescendo-a ainda mais.

O silvo agudo das locomotivas atoa os ares. As redes férreas cruzam-se em todos os sentidos. Diariamente enchem as gares legiões de trabalhadores que são levados para o norte e para o sul, para leste e oeste.

Ao mesmo tempo, mercê da rápida industrialização, assiste-se durante o séc. XIX a um êxodo das populações rurais para os centros urbanos. A população da Europa cresceu de 150.000:000 a 460.000:000. A indústria florescente atraía as massas trabalhadoras. Os camponeses desciam às cidades. Ocupavam-se agora na oficina e na fábrica.

Na Alemanha, de 1875 a 1895, o número de pessoas empregadas na indústria quâsi que quintuplicou. Neste mesmo período, com o abandono dos campos, a população rural baixa de 64 % para 57 %. Em 1910 mais baixou ainda: para 40 %.

Na Rússia, em 1887 empregavam-se nas indústrias 1.500:000 almas. Dez anos depois já se recrutavam 2.500:000.

Em França, na Inglaterra e na América também a máquina arruinava o trabalho manual. No primeiro destes países, em 1851 contavam-se 5:600 máquinas; em 1861, 16:000; em 1871 totalizavam 26:000.

Na Grã-Bretanha, em 1813 havia 2:000 teares mecânicos; em 1835 este número subia para 115:000; em 1856 mais subiu ainda: para 275:000.

A Inglaterra foi o seio da primeira revolução industrial.

Nos U. S. A., em 1870, a indústria metalúrgica produziu 1.000:000 de toneladas. Em 1880, só a produção do ferro era quâsi quatro vezes maior do que este número.

Na Alemanha era de 5.120:000 toneladas, enquanto que na Inglaterra era de 7.780:000. Todos êstes números se multiplicaram nos anos mais próximos da 1.<sup>a</sup> Grande Guerra.

Uma crença inabalável no progresso técnico incitava os investigadores científicos às descobertas. É um mito a «pureza» das investigações. Os cientistas são, primeiro que tudo, seres que vivem no mundo dos outros homens. E por isso respiram o mesmo ambiente humano, o mesmo clima social. Antes de teorizarem as leis da física ou da química, agem no interior de relações económicas e políticas. É até justo pensar que as relações de produção dentro das quais se desenvolvia a técnica mecânica e uma confiança ilimitada no poder criador incidiram poderosamente sôbre a ciência, estimularam-na, e esta, por cada passo que andava, empurrava para a frente as forças produtivas. É neste complexo de influências recíprocas que o desenvolvimento técnico e o progresso científico caminham a par.

Foi recebendo as influências exteriores e reagindo sôbre elas que as descobertas de Ampère, Volta, Ohm, Faraday, Coulomb e outros, prepararam a segunda revolução industrial, a revolução da energia eléctrica.

O progresso conseguia nova conquista. A técnica rasgava mais horizontes à humanidade. A electricidade prometia grandes destinos.

O dínamo eléctrico de Gramme e a máquina reversível abriram ao mundo uma nova era. O transporte de energia a distância e a turbina eléctrica firmam o domínio do homem sôbre a natureza.

«Hoje, por meio das linhas de interconexão, equipada de 220:000 volts, a energia eléctrica dos Alpes e dos Pirinéus pode ser utilizada em qualquer ponto do território (1).»

(1) Cf. JACQUES DUBOIN, *Libération*.

○ A mecanização trazia o aproveitamento máximo, o esforço mínimo, e de vitória em vitória se chega à máquina automática. O homem está convertido em «condutor da máquina» (1).

O trabalho mecânico vai de cidade em cidade, passa pelos campos, domina a agricultura.

Transcrevemos de Duboin: «servindo-se de uma foice, um bom trabalhador fazia a colheita de trinta a quarenta ares por dia. Servindo-se de uma ceifeira atrelada de dois cavalos, faz o mesmo trabalho na sétima parte do tempo. Com uma ceifeira mecânica e uma lâmina de dois metros de largura, pode fazer a colheita de 5 hectares em sete horas. A ceifeira-enfeixadeira faz este mesmo trabalho, accionada por um trator, em 8 hectares.

O descarregador de colheitas (guindaste de garras) e as pontes rolantes reduzem o trabalho de enceleiramento em uma proporção que varia de 50 % a 80% (2).»

E basta para se concluir que a indústria mecanizada transformava os meios de produção agrária. Desenvolvia-se uma indústria agrícola.

A produtividade da máquina cresce mais e mais. A electricidade dá o telefone, o telégrafo, o cinema, a iluminação urbana, a radiofonia, a T. S. F. O trabalho manual ainda sobrevivente da revolução termo-mecânica entra na agonia.

- A sociedade atinge uma nova *étape*.

○ A produção maquinista entra num período anárquico. É a epidemia da sôbre-produção, melhor dizendo, da desproporção entre a oferta e a procura. Os mercados não consomem as mercadorias. Do desequilíbrio entre a produção e a capacidade de consumo, geram-se crises intervaladas em que se destroem produtos e utensílios.

---

(1) Cf. JACQUES DUBOIN, *ob. cit.*

(2) Cf. JACQUES DUBOIN, *ob. cit.*

E surge o problema da conquista dos mercados. Ganha terreno a política colonialista.

A técnica maquinista não pára. Opera prodígios. Derruba e ergue governos. Levanta atritos entre as potências.

Os transformadores permitindo a passagem das correntes de baixa a alta tensão e vice-versa, facilitaram o transporte e a distribuição da energia eléctrica.

A nova força motriz da indústria — a electricidade — superando a turbina a vapor, aumentou a facilidade de aproveitamento dos recursos naturais pela turbina eléctrica. Erigem-se potentes centrais produtoras e distribuidoras de electricidade que vá alimentar as fábricas, multiplicando à máquina a capacidade produtiva. A energia eléctrica substitui-se ao vapor a pouco e pouco (1). Isto, porém, não significava que o vapor não se mantivesse. A conquista da energia eléctrica fêz-se lentamente. A par do motor eléctrico, subsiste o térmico em tôdas as indústrias: na transformadora, na mineira, na transportadora, nas pedreiras, nas centrais eléctricas. Friedman diz que nos U. S. A. em 1905, 73 % das forças motrizes são ainda a vapor (2).

Enquanto não eclodiu a primeira Grande Guerra, o vapor cede terreno com muita resistência. «O período anterior à Guerra (de 1914) é por toda a parte uma transição entre o vapor e a electricidade» (3). A técnica do maquinismo térmico resiste por muito tempo à técnica do maquinismo eléctrico. Mais ainda: dela se serviu, aperfeiçoando e aumentando o seu rendimento. Nos motores a vapor passam-se a utilizar pressões mais elevadas. A turbina a vapor foi transformada. O vapor multiplica as suas aplicações com a máquina rotativa.

(1) Veja-se Apêndice, a).

(2) Cf. GEORGE FRIEDMAN, *La Crise du Progrès*.

(3) Cf. GEORGE FRIEDMAN, *ob. cit.*

Os compressores e ventiladores tornam mais poderosa a velha força da produção. Os barcos a vapor recebem novo impulso.

Mas o rendimento da máquina térmica era insuficiente para galgar os horizontes largos da indústria. Calcula-se que ela apenas fornece trabalho correspondente a  $\frac{1}{10}$  do calor recebido.

Os cientistas tentam aperfeiçoar o motor. Os industriais experimentam a invenção de Lenoir. Mas o novo motor é ainda insuficiente. Cada empresa tem os seus teóricos. Os laboratórios trabalham dia e noite.

A concorrência mercantil nacional e mundial ameaça e os laboratórios não descansam. Comunicam às fábricas os resultados das experiências. As fábricas não se satisfazem e incitam os laboratórios. Nas empresas e nos gabinetes vive-se a mesma loucura.

Foi no meio desta tontura fabril e laboratorial que apareceu o motor de explosão.

O carvão passa a sofrer a concorrência de novos combustíveis: o petróleo e o gaz pobre. Emprega-se também o gaz de iluminação, mas o gaz pobre é mais rendoso. Bastam 300 gramas de combustível para produzir a potência de um cavalo-vapor.

Pela destilação concentrada do petróleo, obtém-se um novo e importantíssimo carburante, utilizado nos motores das viaturas: a gasolina.

O carvão, o ferro, o petróleo são as matérias-primas mais cobiçadas. São as principais matérias-primas da indústria pesada. Com a correria aos armamentos, os povos que as possuíam no sub-solo passavam a recear pelo destino das suas pátrias.

Diesel descobre novos combustíveis nos resíduos da destilação dos óleos vegetais e animais. A turbina a vapor de pequena potência fica para trás, as empresas transportadoras acumulam lucros, movimentam as suas indústrias e a navegação dá outro passo em frente.

A metalurgia multiplica a produtividade. O aço ganha importância económica.

Entre os empresários e os cientistas negociam-se os inventos. Os químicos são participantes dos dividendos. As sociedades anónimas franqueiam-lhes acções. E a febre inventiva é uma realidade dominante da vida social. Às experiências do laboratório sucedem-se as da fábrica. Porque é preciso aplicar a ciência. Como complemento lógico da concorrência entre as empresas, poder-se-ia falar de concorrência laboratorial.

Nos Estados Unidos, entre 1900 e 1905 são concedidos direitos de exploração a 143:791 patentes de invenção. Nos cinco anos seguintes, a 171:500.

No intuito de estimular o poder criador, realiza-se em Viena o primeiro Congresso para a protecção e desenvolvimento da propriedade comercial e industrial, em 1873. Novos congressos se realizaram até que em 1883 os estados congressistas acordaram na constituição de um regime jurídico em matéria de propriedade comercial e industrial internacionalmente relevante.

Ao mesmo tempo realizam-se em Londres e Paris exposições internacionais em que se mostram às multidões os prodígios da técnica.

É a civilização maquinista.

A anarquia de uma produção não controlada por um plano económico provocava crises com intervalos regulares <sup>(1)</sup>, a baixa de preços e criava a necessidade de expansão colonial.

Os campos despovoavam-se cada vez mais. As populações agrárias, que entraram em declínio logo a seguir à primeira revolução industrial, mais decaíram à medida

<sup>(1)</sup> Para o estudo desenvolvido das crises cíclicas, convém consultar, entre outras, a obra do SR. DR. COSTA LEITE, *A teoria das Crises*. Ai se mostra claramente como afinal as crises de super-produção são crises resultantes do carácter mercantilista da produção e não de se haver fabricado de mais.

que a electricidade, criando uma nova técnica, conquistava a indústria. Na Alemanha, o número de trabalhadores industriais sobe de 1895 a 1907 de 20 a 26 milhões. No comércio e transportes, no mesmo período, a curva varia entre 6.000:000 e 8.300:000.

Simultaneamente, o maquinismo, reduzindo a quantidade de trabalho, reduz o valor das mercadorias e acentua a tendência para a descida da taxa de lucro.

\*  
\* \* \*

As revoluções industriais puseram problemas que não podiam resolver-se sem uma revisão do sistema jurídico. O desenvolvimento prodigioso das forças da produção, a grande febre mercantil, o maquinismo tinham graves reversos.

A liberdade industrial e comercial, na sua pureza individualista, desenvolvera as trocas por um lado, mas por outro cavara atritos entre as emprêsas e as nações. Legiões de trabalhadores são atirados para as ruas. Começa a desenhar-se uma contradição das novas forças com as categorias jurídico-políticas liberais.

A livre-concorrência, longe de conduzir a uma harmonia económica natural, levava à concentração, à anarquia da actividade fabril e à desconfiança do livre exercício da iniciativa privada numa base lucrativista.

Friedman diz: «a energia eléctrica, destronando sua majestade o vapor, pôs à humanidade problemas de organização e contrôle impossíveis de resolver sem uma grande transformação». E a idéia do estado *gendarme* sofre os primeiros abalos. Começa a clamar-se em tôda a parte por um intervencionismo estadual. Com maior intensidade aqui e ali, êsse intervencionismo vai-se operando. Dentro de um ou doutro principio social, o conceito de serviço público avança. O direito privado vai-se publicizando. Em França, um jurista de nomeada afirma

que o direito está «en retard sur les faits». As relações jurídicas dentro das quais se dinamizava a vida material, foram ultrapassadas potencialmente. Os dogmas individualistas são encarados com reserva. A liberdade de indústria e de comércio são impugnadas.

O progresso da técnica, longe de resolver os problemas económico-sociais pela livre actuação da «lei natural», punha-os com mais evidência.

Ao optimismo que a primeira técnica mecânica gera sucede-se uma fase de desconfiança. Descrê-se do progresso. Estas duas mentalidades correspondem a duas *étapes* históricas.

Para a solução das crises que os produtos sem consumo geravam, as técnicas modernas por si só não bastavam. Havia-se falado em abundância e felicidade para todos — e o progresso trazia crises e desemprego.

A super-actividade industrial provocada pela ciência — pela química e pela electricidade — abalava o individualismo económico. A política colonialista exercia uma acção derrotista no pensamento. A «ordem natural» dos fisiocratas e liberais cedia ante os graves problemas que a técnica mecânica fizera surgir.

É neste ambiente que se formam os conceitos anti-individualistas. Precisando: êles fazem a sua aparição nas consciências quando, por um singular progresso técnico, se transformam as forças produtivas. As revoluções das idéias resolvem-se numa contradição material. «Uma contradição filosófica interior a um sistema resolve-se numa pura contradição económica do meio em que êste sistema nasceu» (Paul Nizan). Depois, em resposta, a cada vez mais declarada evolução do direito público e privado no sentido do «social», mesmo quando feita dentro de um espírito liberal e lucrativista, evidencia que as condições materiais da vida humana já ultrapassaram o sistema individualista. Exemplifiquemos: dentro de tal espírito, elabora-se e desenvolve-se a teoria do abuso do direito, segundo a qual é considerado

abuso de direito, e como tal imputável ao seu autor, o exercício de um poder legal com a intenção de prejudicar terceiros, ou — ainda que sem êsse requisito subjectivo — de que resulte um prejuízo que assuma gravidade para além de certo limite. O princípio do interêsse individual dominante dos direitos de propriedade e de crédito são encarados com reserva. Já não se considera a propriedade a «esfera externa da pessoa». A evolução desenhase no sentido das limitações da liberdade do indivíduo.

A cultura conformista sofre a primeira crise de consciência. Uma onda de pèssimismo invade os ânimos. Depois vem a confusão mental da *intelligentsia*. Uma confusão que resulta dela não enfrentar a vida nova, reagir-lhe e tentar superá-la. Renúncia, fuga, evasão. O cepticismo é a grande doença. O método do conhecimento é a intuição. As verdades estão dentro de cada um. Todo o esforço deve consistir em descobri-las, adivinhá-las, intuitivamente. Mas o culto da intuição representa uma quebra da inteligência com a realidade. Por isso é que Bergson é a vanguarda do irracionalismo. Estes homens ficaram como a projecção ideológica dos primeiros tremores de uma civilização. A vida deixou-os para trás.

## CAPÍTULO IV

### Crepúsculo duma idade

A mecânica, o vapor, a química e a electricidade, industrializando a economia, reduziram o trabalho humano empregado na produção. A substituição em grande escala da indústria manufactureira pela maquinofactura, dispensou braços. Daí a diminuição do valor dos produtos e, conseqüentemente, do preço das manufacturas.

Sendo que o valor da mercadoria se mede pela soma do valor que lhe é atribuído sob a forma de salário com o lucro decorrente da produção ou, por outras palavras e para simplificar o raciocínio, sendo que esse lucro é a diferença entre o valor real de uma mercadoria, como força de trabalho cristalizado nessa mercadoria, e o custo da produção (custo de máquinas, desgaste de material, transporte de matérias-primas, salário, etc.) conclui-se que a respectiva taxa diminua <sup>(1)</sup>.

---

(1) Suponhamos que são 10\$00 as despesas diárias de um trabalhador, despesas para a manutenção própria e dos seus. Nesse dia de trabalho ele não produz 10\$00 (que representam o seu salário) mas sim: 50\$00. Dêstes, o empresário consigna 30\$00 às despesas com o desgaste e conservação do material, transporte de matérias-primas, etc. Os restantes 10\$00 (50\$00-30\$00-10\$00) traduzem a quantidade de trabalho que constitui o lucro decorrente da produção.

«Se, por consequência, o trabalho produtor constitui a medida do valor, é claro que quanto menos trabalho manual e intelectual contém a mercadoria, menos valor ela tem. Foi o caso quando o trabalho mecânico se substituiu ao trabalho manual. Quanto menos trabalho há numa mercadoria, tanto mais os lucros diminuem (1).»

A solução do problema que se punha estava no recurso à produção em série, que permitia produzir o mesmo com menos operários ou produzir mais com o mesmo número. Por outro lado, este sistema exige um grande potencial mecânico, uma super-actividade fabril e grandes quantidades de matérias primas. A realização desta tarefa difícil só era possível à grande indústria. As pequenas empresas deixam-se dominar. A vida económica entra numa fase de concentração da actividade industrial nos *trusts* (2), nos cartéis, nos *haldings*.

A «ordem natural» que a concorrência realizaria apreendida pelos liberais, foi negada pelos factos.

Esta concentração agrava-se mais ainda com o séc. xx e particularmente depois da Guerra de 14 mercê do definitivo triunfo da electricidade sobre as forças térmicas. A guerra actuou apressadamente o que já antes dela era potencial.

As somas de capitais que são precisas para a exploração intensiva do subsolo, para o aproveitamento em massa das matérias-primas e para o fabrico em série, desenvolvem as operações de crédito privado. Os organismos bancários penetram na indústria. Da fusão do capital bancário com o capital industrial resulta o capital financeiro.

Ao mesmo tempo a moeda, cujo preço obedece às oscilações da oferta e da procura, torna-se numerosa nos

(1) Cf. BEER, *ob. cit.*

(2) Veja-se Apêndice, b).

países industriais, barata e, como tal, a taxa de juro desce.

O desenvolvimento económico das nações não se operou no mesmo ritmo. Muito ao invés. Enquanto a industrialização fêz de uns, grandes produtores e comerciantes, a tradição da economia agrária noutros países conserva-se. Nos estados agrícolas a taxa de juros mantém-se alta, os capitais encontram maior remuneração e daí as grandes exportações invisíveis. Os capitais abundantes nos estados industriais foram investidos nas indústrias nascentes das nações agrícolas, em empréstimos aos respectivos governos, em explorações minerais, em transportes colectivos, etc.

Assim é que, por exemplo, a Jugoslávia viu as suas praças invadidas pelo capital francês, pelo inglês e pelo alemão, aos quais se obrigou a pagar juros de empréstimos; a Roménia vendeu muitas acções das suas empresas e companhias aos banqueiros e capitalistas ingleses, alemães e holandeses.

As matérias-primas de além-mar alimentam a produção em série. As indústrias desenvolvem o comércio internacional. A actividade mercantil alarga mercados.

No campo político, constituem-se blocos, alianças e ententes, fazem-se tratados, corre-se pela primeira vez aos armamentos.

\* \* \*

Parecia que o mundo não tinha outro fim além do de acumular riquezas <sup>(1)</sup>. Por toda a parte é uma correria louca ao ferro, ao carvão, ao petróleo, aos mercados.

A produção em massa, impossível à pequena empresa pela falta de capitais e matérias-primas que pudessem

(1) Veja-se *Apêndice, c*).

alimentar um vasto potencial mecânico, reduzindo o preço dos produtos, punha-lhe um dilema pela frente: ou a falência ou deixar-se anexar. As classes médias decaem e o comércio, a indústria e a finança centralizam-se. Os *trusts* unem-se sôbre as fronteiras, formam cartéis mundiais. E quando a concorrência os ameaça, entram em acôrdo na divisão do espaço económico.

Em 1907, os dois *trusts* alemão e americano da electricidade, a A. E. G. e a General Electric Company, ambos com sucursais na América e na Europa, acordaram nos seguintes têrmos: a A. E. G. forneceria em regime de monopólio os mercados da Europa e parte dos asiáticos, enquanto que o *trust* americano ficaria com o exclusivo do fornecimento nas Américas.

Em 1910 havia cem cartéis internacionais.

Ao mesmo tempo os grupos bancários exorbitam a sua intervenção para além da actividade industrial. As construções navais, os armamentos e o progressivo estatismo verificado pelo aumento dos serviços públicos exigem despesa que as receitas normais não podem comportar. E os estados antecipadamente cobram receitas provenientes de empréstimo que depois vão amortizando ou a curto prazo, ou a longo prazo, ou sem prazo certo de reembolso. Os prestamistas são os grandes organismos do crédito privado <sup>(1)</sup>. A curva ascencional das despesas dos estados <sup>(2)</sup> satisfaz-se com sucessivas emissões nos banqueiros e nas bôlsas. Os bancos são os primeiros titulares da dívida pública. É tal a importância da penetração financeira dos prestamistas nos governos que, segundo o Anuário estatístico da Sociedade das Nações publicado em 1934, as contas públicas de um estado apresentariam um *déficit* de 70:000 contos, não entrando em consideração com as receitas provenientes

(1) Cf. o juriconsulto GASTON JÈZE, *Cours élémentaires des Sciences de Finances*.

(2) Veja-se *Apêndice*, d).

de empréstimos, e acúsariam um saldo credor de 130:000 contos, tendo-as em atenção.

Eduardo Daladier, na sexta sessão do 31.º Congresso do partido republicano e radical-socialista, realizado em Nantes em 1934, bem se refere à penetração plutocrática no poder político: «num país de democracia individualista, são duzentas famílias que, pela interpenetração dos Conselhos de Administração, pela autoridade crescente dos bancos que emitiram as acções e facilitaram o crédito, se tornaram as senhoras indiscutíveis, não sòmente da economia francesa, mas também da política francesa». «Muitas vezes, no poder, os homens são apenas os seus delegados».

\*

\* \*

Os reflexos ideológicos dêstes factos materiais foram a política colonialista, auxiliada pelas explorações científicas (1), exportações de capitais, tratados de comércio e acordos aduaneiros.

As ideologias políticas, surgidas num ambiente guerreiro, precipitaram os acontecimentos. Na Inglaterra alcançaram-se no poder um Disraël e um Josef Chamberlain. Na Alemanha, um chanceler Bismark e depois um Guilherme II. Na França, um Férry e mais tarde um Poincaré, *Poincaré-la-guerre*.

A propaganda por tôda a parte procura o apoio da opinião pública. Revistas, jornais, brochuras, livros, discursos, a rádio, o cinema.

(1) Os factos negam o carácter puramente científico das explorações. A mero título exemplificativo: as explorações inglesas na região do Chire prepararam o ultimatum de 1890; a guerra do Transvaal começou pelas viagens de Cecil Rhodes; os engenheiros e missionários franceses penetraram na Indo-China e atrás dêles os exércitos da França. Stanley, ao serviço da Associação Internacional Africana, preparou a ocupação do Congo pela Bélgica.

A Associação Internacional Africana, para além do programa anti-esclavagista, é um instrumento do imperialismo belga. A Associação recruta o americano Stanley. Stanley percorre em explorações a bacia do rio Zaire. Depois, um vasto território não ocupado ainda passa para o domínio da Bélgica.

Júlio Férry, presidente da república francesa, manda as missões de Brazza a terras de África. A seguir foram mercadorias e capitais. Por último o Congo Francês foi anexado.

Quer pela guerra declarada, quer pela penetração pacífica, os blocos, igualmente agressivos — fôssem republicanos, fôssem democráticos, fôssem monárquicos ou totalitários — dirigem a sua ofensiva na Ásia, na África, na América. A África é partilhada, a Ásia ocupada, a América vê o seu solo e as suas riquezas minerais exploradas <sup>(1)</sup>. As potências vão adquirindo colónias, intensificando a sua produção mineral e agrícola. As possessões ultramarinas são os grandes clientes das indústrias europeias e norte-americanas. Escoadouros de mercadorias. O desenvolvimento económico provocado pelas partilhas continentais intensificou a actividade fabril e comercial <sup>(2)</sup>.

A irregularidade do desenvolvimento comercial, industrial e financeiro das potências agravava as suas contradições.

A Inglaterra, antes da guerra, era o primeiro país comercial do mundo, enormemente distanciada. Possuía 42 % da frota mercante de todo o globo. Apesar do *déficit* fabuloso da sua balança de exportações e impor-

(1) Veja-se *Apêndice, e*).

(2) Veja-se *Apêndice, f*).

tações de mercadorias (em 1913 a razão era de  $\frac{1}{4,75}$ ), os fretes marítimos, os juros dos empréstimos externos e dos capitais investidos davam-lhe um volumoso saldo positivo na sua balança económica.

Mas outros estados se industrializavam, ganhavam mercados, construíam portos e frotas, ameaçavam o poderio dominante da Grã-Bretanha. A Alemanha caminhava na vanguarda dos estados que procuravam rivalizar com o Império. A sua marinha aumentara rapidamente. Num ritmo acelerador, cortavam os mares grandes barcos mercantes saídos dos portos alemães do Mar do Norte.

«Nas plantações de café da Guatemala, nas de tabaco de Sumatra, nos filões auríferos do Transvaal, nos empréstimos públicos da Áustria-Hungria e México, nos caminhos de ferro da Venezuela, nos Balcans e na Ásia Menor, nos florescentes estabelecimentos do Sul do Brasil, em tôdas as partes se viu aparecer o espirito mercantil alemão, fecundado pelo seu capital. A actividade do comerciante alemão estendia-se a todo o globo e a antiga legenda da Hansa, «o meu campo é o mundo», convertera-se em realidade» (1).

Aqui fica, em esquema, o estado do conflito germano-ingles.

Mas foi uma série de conflitos que fez a guerra. Outro desta série foi o conflito franco-alemão. A industria pesada francesa abriu um rombo com a anexação germânica da Alsácia-Lorena.

O Japão passava para o terceiro lugar como potência marítima. Os Estados Unidos expandiam-se pelas Américas e alcançavam o dominio industrial do mundo.

«Desta depressão económica ia sair-se por meio de uma guerra» (2).

(1) Cfr. MAX GEORG SCHMIDT, *História del Comércio Mundial*.

(2) Palavras do órgão financeiro americano *The Analyst*.

O Congresso de Berlim não conseguiu pôr freio às rivalidades. O choque era esperado a todo o momento. A questão do Egito resolveu-se no último momento com uma partilha pouco amigável. Depois é Marrocos o pomo da discórdia. Mas as coisas compõem-se outra vez num ambiente pesado.

Os tratados, as alianças e os armamentos tornam a atmosfera mais carregada.

A guerra está próxima. O mundo corre às armas. A Europa respira os últimos momentos de uma paz mantida a custo. Trocam-se palavras ásperas nas chancelarias. As imprensas polemizam. Os clarins reúnem os exércitos. E foi dado o sinal de abrir fogo.

Depois, foi a guerra.

\*  
\* \* \*

A guerra de 1914-18 precipitou as tendências históricas já desenhadas. Actuou rapidamente certas condições já latentes.

O após-guerra marca o triunfo definitivo da electricidade sobre o vapor. Até então, o maquinismo térmico, conquanto em decadência, não deixou de ser um factor saliente das técnicas de produção. Agora acentuam-se os efeitos da segunda revolução industrial. É o período da energia eléctrica. As sociedades anónimas, sociedades de capitais em rigorosa técnica jurídica, multiplicam a sua actividade. Ao mesmo tempo, enquanto engrossa o exército industrial de reserva, a produção em série de produtos que não encontram consumo gera as mais graves crises económicas em que, já por iniciativa dos estados, já por iniciativa das empresas, se destróem géneros que o suor humano criou <sup>(1)</sup>.

---

(1) Lembramos a obra citada do SR. DR. COSTA LEITE.

Assim, nos Estados Unidos, em 1933 destruíram-se 2:000 milhares de toneladas de milho e igual quantidade de trigo. No mesmo ano foram mortos e destruídos 6.200:000 porcos, 220:000 porcas e 400:000 vacas.

Em Los Angeles deitaram-se aos esgotos mensalmente 200:000 litros de leite.

Em Harford este número subiu a 600:000 litros.

No primeiro semestre de 1940 são destruídos 1.600:000 sacas de café no Brasil enquanto noutros países o café é um artigo de luxo <sup>(1)</sup>.

No entanto, o desemprego é um mal crónico. Nos E. U. A. atinge a cifra astronómica de 10.000:000.

Com a completa electrificação da indústria, mais se intensifica o declínio das classes médias e a migração dos campos para os centros urbanos. Os meios industriais vão aumentando prodigiosamente os respectivos censos populacionais.

Birmingham, centro metalúrgico inglês, de 526:000 habitantes que contava em 1915, atingia 1.002:413 em 1930. Aproximadamente o dôbro em 15 anos!

As bacias carboníferas empregavam antes da última corrida aos armamentos, na Inglaterra, mais de um milhão de operários.

Na Alemanha, as famílias operárias ocupavam antes de 1938 a percentagem de 60 % da população total. Na bacia do Ruhr a centralização atinge proporções fantásticas. Martone declara: «a prodigiosa concentração de homens, de capitais, de fábricas, de matérias-primas e de produtos, estende-se para além da bacia do rio e mesmo para além da bacia hulhífera que lhe deu o nome. Trata-se de uma superfície de 5:000 a 6:000 quilómetros quadrados. Nesta superfície vivem 6 a 7 milhões de homens, elevando-se a densidade a 1:200 habitantes por quilómetro quadrado. Quatro quin-

---

(1) Cf. DR. FERNANDO PINTO LOUREIRO, *ob. cit.*

tos desta população vivem da indústria e do comércio». Da bacia do Ruhr extraem-se «110 milhões de toneladas de hulha, 77 % da produção total da Alemanha, mais do dôbro da da França. Esta hulha dá  $\frac{1}{5}$  do coque alemão».

De 1915 a 1930, as indústrias metalúrgicas e têxteis e o pôrto de Nova Iorque atraem 2.000:000 de trabalhadores, Chicago, 1.000:000, Tóquio e Osaca, no império japonês, 2.000:000 e 1.000:000 respectivamente.

A guerra de 14 pôs em perigo de vida a civilização individualista. A acção derrotista na cultura oficial não foi mais do que a manifestação ideológica de uma crise geral. As *élites* expediram o derradeiro S. O. S. A sua acção de recuo, que coincidiu com o último quartel do século XIX, degenerou em «abandono de pôsto». As forças que a negaram acometem com mais violência. A vida material, dinâmica por natureza, evidencia as contradições íntimas dos sistemas. A ideologia individualista pressente que vai ser superada, que vai ficar para trás. Prevê a falência. A agonia é dolorosa. Num último arranco de vida, esforça-se por erguer-se. Revê apressadamente os valores velhos. Mas falta-lhe a *coragem* para encarar a vida nova. E procura reduzir a sua contradição íntima por uma reforma superficial dos conceitos. Os sistemas demissionários não ousam continuar a trajectória do pensamento humano. Resultado: os mesmos temas repetem-se. É a mesma voz moribunda que fala sob as roupagens dos néo-idealismos, néo-qualquer-coisa.

No fundo, estes homens negam-se a rejuvenescer. As realidades humanas contradizem-nos. Eles amedrontam-se e fogem, fogem ao mundo. Concentram-se em si mesmos ou procuram descortinar o Eterno e o Absoluto.

Evadem-se da terra. Fecham-se para que os não apoquentem o ruído que os outros fazem nas encruzilhadas. Para além das realidades terrenas, contingentes e transitórias, fica uma realidade supra-terrena, absoluta e eterna. A cultura decadente ergue os olhos místicamente. Dentro de cada um há uma personalidade confusa, caótica, complexa — clamam. Por isso outros procuram adivinhá-la, ou analisá-la, mirando-se introspectivamente. Místicos e subjectivistas encontram-se no vazio dos seus motivos, porque uns e outros se evadiram. Em volta de todos, uma vida humana palpita e procura abrir caminho.

É esta vida que não pára que pôs em crise o individualismo económico, político, jurídico e filosófico.

A livre-concorrência mundial, o livre-cambismo, que fizera a vitória das potências ocidentais, sofreu, logo depois da guerra, graves ataques. É tão grande o propósito de arruinar a pureza da liberdade comercial, que surgem até, sob a égide de políticos de fachada, reacções desorganizadas que — se é certo explicarem-se pelo combate à grandeza dos vencedores de Versalhes — patenteiam a falência do sistema comercialista. Refiro-me à corrente autárquica, que conduz ao extremo o protecçãoismo aduaneiro. Fecham-se mercados aos produtos estrangeiros. Mas como um país não tem recursos para bastar-se a si mesmo, o consumo foi enormemente cerceado. Outra face do protecçãoismo pautal — e foi esta que se procurou atingir — foi a repercussão que teve no comércio internacional. Os países industriais são assolados por graves crises. Sir Neville Chamberlain declarou num dos primeiros meses da guerra actual: «uma das nossas finalidades principais, será a renovação do comércio internacional». «Devemos pôr termo à política defeituosa do nacionalismo económico e da autarquia, que tanto contribuiu para dismantelar o último tratado de paz» (dos jornais de 2-2-1940). Falam inequivocamente as palavras do Primeiro. A Inglaterra é um país que não pode viver como potência de primeira

ordem sem a sua marinha mercante, o comércio mundial e as investidas de capitais nas explorações industriais e agrícolas de outros países. A Inglaterra era uma das primeiras vítimas da autarquia.

Ao mesmo tempo, a Alemanha alargava a sua órbita económica com o desenvolvimento da sua indústria pesada, o comércio da Europa central e os mercados dos Balcans.

O *trust* químico I. G. Farben, depois de 1933, anexou novas sociedades, absorveu novas pequenas empresas. Com o «Anschluss» da Áustria, o *trust* químico, já bastante ramificado, absorveu novas fábricas austríacas.

O *trust* do aço — «Vereinigte Stahlwerke» — acentuou o domínio da produção metalúrgica e da extracção do carvão. A partir de 1934 o seu capital foi reforçado.

Por seu lado, a A. E. G. mais concentrou a indústria eléctrica.

A situação complicava-se para o bloco franco-britânico. Os mercados russos logo em 1919 foram fechados aos capitais inglês, francês, americano, belga e holandês. As companhias estrangeiras foram desapossadas e os poços petrolíferos confiscados. A Royal Dutch, a Shell, Deterding, Nobel, Rockefeller, a Batania Company são expulsas do Cáucaso.

Depois os alemães subtraem à França o subsolo fértil do Sarre. Antes da anexação, a Alemanha produzia, segundo estatísticas referentes a 1933, 109.000:000 de toneladas de carvão. Em 1935, com a anexação, atingia já a cifra de 143.000:000 de toneladas.

O Japão mais uma vez se esforça por expulsar os «brancos» do Oriente. Os mercados da China, já partilhados pelos capitais inglês, americano, japonês, são de novo teatro de ambições colonialistas. Os interesses anglo-americanos são ameaçados.

Na África, Mussolini lança as legiões italianas sobre a Abissínia depois da tentativa falhada de 1887, em que o nêgus Menelick lhes inflingiu uma retumbante derrota. A Abissínia sucumbiu, depois de resistir só. Foi rasgada mais uma página do tratado de Versalhes.

Na Europa central, a Alemanha é a grande campeã da autarquia económica. Muitos mercados se recusam a aceitar as mercadorias ocidentais. Por outro lado, o gigantesco desenvolvimento industrial alemão permite ao Reich ir conquistando a clientela dos países vizinhos e dos Balcans. Em 1938 pesava bastante na balança de comércio da Bulgária, Grécia, Jugoslávia, Turquia, Hungria e Roménia. As exportações para a Turquia ultrapassaram o triplo em dez anos (1).

As potências totalitárias atacam em todos os continentes. Em Londres e Paris sonha-se com uma Pan-Europa Ocidental. Um sonho que não passou de uma quimera. Hitler espreita o momento oportuno de expulsar os franceses da Jugoslávia e da Polónia e os ingleses dos Balcans.

Os sectores oficiais da sociedade franco-britânica aperceberam-se da crise da paz de 1919. E chamaram ao poder políticos que tinham por programa temporizar o choque que já se afigurava inevitável. A hora não era das potências ocidentais. A precipitação de uma guerra com Hitler poderia trazer uma derrocada. Chamberlain é um símbolo. Símbolo da cautela. Para além do velhote *gentleman* que fala ao coração das mães, está um diplomata que procura chamar à razão o eixo totalitário e que no entanto falhou. Mas Hitler investe. A S. D. N. é um corpo morto. Depois de muitos recuos, abdições e pactos, chegou Munique. O «Anschluss» da Áustria ficara esquecido. O I. G. Farben anexou as usinas da «Donan Chemie», de Viena. A marcha sobre a Albânia

(1) Veja-se Apêndice, g).

também já não era lembrada. Agora era a Checo-Eslováquia. O bloco franco-britânico recuou outra vez. O Reich apoderou-se das minas de ferro, estanho, cobre, prata, das bacias de carvão de pedra da Boémia e da grande indústria das fábricas Skoda. Resultado: a Alemanha quase que iguala logo, em 1938, a produção do carvão do Império Britânico. Extrai 186.000:000 de toneladas, enquanto que a Inglaterra não ultrapassa 228.000:000. E mais. Se na Alemanha não se explorava mais de metade do ferro de que necessitavam consumir os altos-fornos, na Inglaterra, onde os jazigos entraram em franca decadência, consome-se consideravelmente, já quando de Munique, minério americano. Cardiff só consumia ferro importado.

A agravar a situação, conta o decréscimo da produção inglesa do aço. Em 1913 era de 7.663:000 de toneladas. Em 1931 não foi além de 61,5 % ; isto é, 4.689:000 de toneladas.

De Setembro de 1938 a Setembro de 1939 decorre um ano de intensa preparação militar. Com nuances particulares, repetia-se o panorama político de 1914. E a segunda grande guerra não se fêz esperar.

As realidades económicas, sociais e políticas foram-se repercutindo no fundo das ideologias e dos sistemas. Estes não puderam resistir e quando dealbou a segunda vintena do séc. XX, à fase de confusão sucedeu a do desespero.

Afinal os princípios imutáveis da filosofia humana, como valores absolutos concebidos pela razão natural, estavam condenados. Mas a posição tradicional que a consciência dos homens alcança tem que manter-se a todo o custo. A evolução é feita «aos saltos», impulsivamente. Porque a resistência desvaira.

Quando se compreendeu que o progresso não resultaria da acção pura da técnica, indepedente da actividade consequente, a confusão dos sistemas e das doutrinas manifestou-se por uma onda de pessimismo, descrença, cepticismo, abatimento. A ideologia recusou-se a prosseguir. Anquilosou.

Mas a vida é que, quer queiram quer não, não pode estabilizar-se. «Não se pode barrar a marcha da humanidade» (1).

E os factos não deixam de arremeter contra o pensamento individualista. Numa tentativa suprema, a «intelligentsia» apercebe-se do crepúsculo e esforça-se por falar uma lingua nova. Mas já não é ouvida. Os homens andaram mais depressa do que ela. Ela pede que a oiçam e que lhe creiam. Desespera. É o mêdo à vida. Procuram esquecer as questões que convulsionam o mundo na contemplação mística ou na análise interior. Outros, porém, manifestam esta atitude de deserção, mistificando o sentido das realidades. É o caso, por exemplo, dum Arcebispo de York que procura resolver os problemas sociais pela supressão das causas que os geraram. Assim, declarou que «se pudesse, acabaria com o motor de explosão». Êste sector que aparentemente desce à rua, outra coisa não faz que evadir-se. A cultura desagrega-se. A «intelligentsia» perdeu a unidade. Cindiu-se. Há os místicos, os subjectivistas e os mistificadores. O Arcebispo de York pensou que seria possível trazer a humanidade para trás!

O progresso técnico trouxe o desemprego e a concorrência centralizadora? Pois bem, limitem-se os inventos, reduza-se a actividade científica.

O plano político que escolhiam para a actividade das forças produtoras representava um recuo da intelligência.

(1) ROMAIN ROLLAND.

O poder criador da ciência, que havia sido encarado como a grande miragem, é olhado com reserva. Brunetièrre, que falou de «falência da ciência» (1), elevou a voz nos últimos anos. A renúncia generaliza-se. Bergson é o pensador oficial da cultura velha. Os que vieram depois, como êle, «instauraram o culto do «interior», a desconfiança contra a acção e a inteligência, a cisão entre a inteligência e o real. O *élan* estava quebrado. — O pensamento oficial sentia a sua falência: daí pretendia deduzir a falência terrestre do pensamento, o regresso ao Eterno e aos Nómenos. De facto renunciava a continuar a história e a acção» (2).

Julien Benda insita os «intelectuais» a deixarem o campo da luta. Lembra-lhes o perigo da sua descida à rua e que é preciso conservar a independência do espírito numa Torre de Marfim. O «clerc» que reclama, na sua «pureza» intelectual, surge numa coorte de místicos e metafísicos que se espasmam numa atitude onânica.

Corra embora a história, as culturas — Moral, Direito, Arte, Ciência — são realidades que se referem a valores absolutos, imutáveis, que existem *no ar*, independentemente do sujeito valorante e dos factores económicos, sociais e ideológicos que enchem uma época. Bem, Justiça, Belo e Verdade são os dogmas que se projectam no espaço e no tempo. Nicolai Hartman, o teórico da filosofia dos valores, procura o retôrno ao Eterno. Êle decidiu-se incapaz de se integrar nos sistemas históricos. Por isso proclama a independência dos valores.

O mundo corre loucamente à morte. Por tôda a parte desolação, angústia atrás. Os exércitos medem-se as forças. A técnica «mecaniza o homem», desumaniza-o.

---

(1) Citado por N. GUTERMANN e H. LEFEBVRE, *La Conscience Mystifié.*

(2) Cf. N. GUTERMANN e H. LEFEBVRE, *ob. cit.*

As reivindicações sociais levam os magotes às barricadas. Os laboratórios preparam dia e noite instrumentos de morte. Para onde caminha a humanidade? É o problema que tortura a «intelligentsia». A «intelligentsia» amedronta-se. Acobarda-se de se juntar ao homem médio. Sente a própria falência. — Que se salve ao menos o espírito. As «élites» são um mundo diferente. Um mundo de artistas, letrados, filósofos que se desprende da terra. Só o espírito vale eternamente!

Mas nós sabemos o que significa a «artistocracia» e Larcaze-Duthier. Todos êstes «pensadores» se masturbam na investigação introspectiva, «curvam a cabeça sobre o umbigo» ou erguem os olhos para os altos (lá em cima há uma luta de Deus com o Diabo). Êstes homens que se negam a falar da vida, declamam sobre o «eu», «com um ar completamente natural» (1) — para que os acreditem. Ninguém os ouve. A vida continua. Arrasta-os no turbilhão. O real não lhes serve para objecto do pensamento por isso mesmo que êles renunciaram a «continuar a acção». Esta a razão porque encontram uma derivante na análise subjectiva e na contemplação mística. Mas «uma forma pode tornar-se assunto por si própria? Não. O pensamento, queira-se ou não, é *conhecimento*, portanto, não pode abster-se de relações com objectos exteriores, com uma *praxis*» (2).

A crise desta cultura é um dos sintomas de decadência. Paralelamente, a filosofia individualista que orientou a economia, o direito e o pensamento político, desespera igualmente por subsistir. Até nos países onde a oficialidade mais a considera, a publicização sucessiva demonstra que a ciência e a técnica são os grandes factores do progresso, mas que é preciso que ao abandono individualista se siga um contrôle social.

(1) Cf. N. GUTERMANN e LEFEBVRE, *ob. cit.*

(2) Cf. N. GUTERMANN e LEFEBVRE, *ob. cit.*

Alfredo Rocco, jurisconsulto italiano, declara que a importância do direito comercial é cada vez menor, porque «o arranjo económico da sociedade determina tendencialmente a exploração social dos meios de produção» (1).

A humanidade vai-se afastando da civilização e da ideologia de 89.

É o crepúsculo de uma idade.

Lembro as palavras de Rolland: «Um homem nunca está só. Eu penso que cada um deve um serviço social à comunidade humana e que êsse serviço social é um serviço para a vida e para o bem de todos, e não para a morte e para a ruína».

(1) Cf. A. Rocco, *Principios de Direito Comercial*.

## APÉNDICE

## APÉNDICE

### CAPITULO III

a) Para se avaliar os resultados rápidos da electricificação da indústria:

Na Alemanha, em 1907, era empregada em minas, salinas e turfeiras uma força motriz de 1:236 milhares de cavalos-vapor produzidos em motores térmicos e eléctricos. A potência total dos motores eléctricos era de 300:000 c. v. Na distribuição eléctrica os números são respectivamente 780:000 e 97:000 c. v. Em 1925, contra o potencial de 3.479:000 c. v. produzidos em motores térmicos e eléctricos, cifram-se 2.207:000 c. v. produzidos em motores eléctricos — em minas, salinas e turfeiras.

Quanto à distribuição eléctrica, de 1907 a 1925 a potência total dos motores eléctricos sobe a 205.000 c. v.

Nos E. U. A., em minas, salinas e pedreiras, a produção dos motores cresce de 1909 a 1919 entre 700:000 e 2.862:000 c. v.

Em 1926, as centrais eléctricas distribuíam em França 122:000 c. v. de energia produzida em motores movidos a electricidade.

Na Inglaterra, em 1924, a energia distribuída era de 6:173 mil cavalos-vapor obtidos em motores eléctricos contra 5:491 mil c. v. produzidos em motores termo-eléctricos.

Em 1927, nos Estados Unidos, estas cifras eram respectivamente 30.352:000 c. v. contra 25.317.000 c. v. A América era, seguida da Alemanha, a pátria da segunda revolução industrial.

Na Itália, em indústrias transformadoras são aplicados 838 mil c. v. como potencial termo-eléctrico, em 1927. No mesmo ano, a potência dos motores eléctricos, exclusivamente eléctricos, supera este número: é de 2.878:000 c. v.

### CAPÍTULO III

## CAPÍTULO IV

b) Nos Estados Unidos, país em que apareceu pela primeira vez o *trust*, havia 12 destas empresas gigantes em 1890. Nos últimos anos do séc. XIX já ultrapassavam 150 e em 1900 havia mais de 400. Apenas 3 % da produção do petróleo norte-americano não eram feitos antes da guerra de 14 pela Standard Oil. A Steel Corporation dominava em 80 % da produção mundial do aço.

Em França havia, em 1906, 207 *trusts*. Vinte anos depois já as grandes empresas atingiam uma cifra superior a 360.

No Japão, nos primeiros vinte anos do século XX criaram-se quasi 650 *trusts*, resultantes de fusões e anexações.

A Alemanha, quando da primeira Grande Guerra, possuía já um número de grandiosas empresas quasi igual a este, e em 1925 atingia a cifra de 1:122.

Na Inglaterra também cresceu enormemente o número de colossos da produção, que chegou a 353 em 1930.

Augusto Kessler, filho do fundador da Royal Dutch, segundo dados estatísticos colhidos por Dior, dirige ou administra 65 companhias de petróleo. Todas estas companhias representam apenas um *trust* petrolífero, com ramificações em todo o mundo! (Veja-se o livro *Oil and Petroleum*).

c) Enquanto a produção em grande escala conquistara mercados e o solo de além-mar, os mercados e

as riquezas minerais adquiridos — já pela guerra ostensiva, já pela penetração, já pela constituição de esferas de influência — reagem por sua vez sobre a produção em série, intensificando-a. Alguns números relativos à produção americana:

	MILHÕES	MILHÕES
Óleo (em toneladas)	770 (1900)	1:420 (1913)
Algodão ( » quintais)	7 (1898)	32 (1909)
Petróleo ( » toneladas)	11 (1890)	53 (1913)
Cauchu ( » quilogramas)	62 (1905)	160 (1915)

A América caminha na vanguarda. O volume das suas exportações engrossa de ano para ano. Os capitais americanos passam as fronteiras onde vençam um juro mais elevado. Cada vez têm maior representação nas acções de sociedades anónimas internacionais. Inicia-se a campanha pela hegemonia do dólar nas Américas. Em 1898, o presidente da American Bankers Association (Associação dos Banqueiros Americanos), declarou: «nós possuímos actualmente três dos quatro ases com que se disputará a partida para a grandeza comercial: o ferro, o carvão e o aço. Até à data temos sido o celeiro do mundo; hoje aspiramos a ser a sua fábrica; depois seremos também a sua câmara de compensação» (citado por Friedman em *La Crise du Progrès*, pág. 23).

Nestas palavras está sintetizado o optimismo do programa dos meios oficiais americanos.

De 1900 a 1904 os algarismos das exportações e importações dos Estados Unidos são respectivamente 1:429 milhões de dólares e 919 milhões de dólares. De 1910 a 1914 a balança de comércio alcançava quantidades mais elevadas: exportações: 2:166 milhões de dólares; importações, 1:689 milhões de dólares.

Em França, os números são os seguintes: em 1900 as exportações cifram-se em 4:108 milhões de francos; em 1913 elevam-se a 6:880 milhões de francos.

Uma rápida vista de olhos sôbre a produção alemã do carvão e do aço permite-nos avaliar como os anos que antecederam a primeira Grande Guerra marcam um período de concorrência no espaço económico.

### Carvão

(em milhões de tonel.)	73,7 (1886)	234,5 (1911)
------------------------	-------------	--------------

### Aço

(em milhares de tonel.)	954,6 (1886)	13.698 (1910)
-------------------------	--------------	---------------

Só o pôrto de Hamburgo acusava esta balança comercial, de 1891 a 1900, em milhares de toneladas:

### Vendas

### Compras

6:608

6:624

E em 1912:

13:568

13:837

Na Inglaterra, em 1886 produziam-se 160 milhões de toneladas de carvão. Em 1911 produziam-se 276,2 milhões e em 1913, 292.000:000.

O carvão, matéria-prima por excelência da indústria inglesa, aumentara a sua extracção de 72,6 %, enquanto que nos Estados Unidos crescera de 700 % e na Alemanha 400 %. Nas vésperas da guerra de 14, a Inglaterra, que foi distanciada o primeiro país carbonífero do mundo, fôra relegada para o segundo plano. Em 1913 já a Alemanha a seguia de muito perto, enquanto que na produção do ferro dobrava o algarismo inglês. A América extraía, por seu turno, três vezes mais do que a Grã-Bretanha.

Êstes algarismos são transcritos de *La Crise du Progrès*.

d) A França dispendia, em 1880, a quantia de 2:760 milhões de francos. Em 1914, 5:373 milhões de francos.

A Inglaterra, em 1881, gastava 85 milhões de libras. Este número foi sucessivamente crescendo até atingir, em 1914, a cifra de 195 milhões de libras.

As despesas públicas da Alemanha eram de 550 milhões de marcos, em 1880. Em 1913, o quantitativo tinha subido para 3:696 milhões de marcos.

Nos E. U. A., em 1880, as despesas do estado não ultrapassavam 264 milhões de dólares. Com a rápida industrialização, em 1914 eram dispendidos 728 milhões de dólares.

e) Seria extenuante enumerar taxativamente os resultados da política colonialista. Aqui apenas ficam alguns, colhidos quâsi ao acaso.

Sufocada em 1857 a revolta dos indus contra a magestática Companhia Inglesa das Índias, que já se havia expandido pelo Industão, respondeu-lhe o imperialismo de Lord de Beaconfield, desapossando a Companhia e reduzindo a Índia... à *dependência apenas do govêrno metropolitano*. E, assegurados que foram os vastos mercados indianos para os produtos da sua indústria, e os fabulosos tributos, e a posse das matérias-primas (principalmente algodão e juta), o Império Britânico apropriou-se da pátria de Gandhi, Rabindranath Tagore e Pandhi Neru.

No último quartel do séc. XIX as experiências imperialistas atingiram o cume.

Em 1881, a Tunísia é reduzida a protectorado francês. A Costa do Marfim e a Guiné Francesa submetem-se igualmente. E o mesmo sucedeu a Madagascar, abundante em florestas, produtos vegetais e produtora de ferro, carvão de pedra, ouro e cobre. Madagascar é uma ilha com uma área superior à da França.

Em 1889, a Inglaterra anexou o Transvaal, depois

de Kaap ter descoberto lá (1875) minas de ouro e diamantes. A descoberta sucedeu-se a viagem de Rhodes ; depois veio a guerra dos boers e a conquista do Transvaal. O Transvaal é uma região rica em prata e em jazigos de ferro, chumbo e hulha ; é o maior produtor mundial de ouro, metal que, além das aplicações industriais, é a base do sistema monetário. Conhecedor destas riquezas, o Império mandou as tropas de *Lord Roberts* e *Lord Kitchner* fazerem a ocupação. E assim foi.

A seguir foram os Basutus e Zulus. Depois a Rodésia, região mineira e aurífera que em 1899 passou a ser dirigida pela célebre *British South Africa Company*.

Um avultado empréstimo feito pela Inglaterra e pela França criou um condomínio franco-britânico no Egito. A cessão de 1.760:000 acções do Canal de Suez não bastou para saldar a dívida à Inglaterra. E quando foi da bancarrota de 1876, o Egito obrigou-se a aceitar dois inspectores financeiros, um inglês e outro francês. Os patriotas egípcios empunharam as armas e impuseram a abdicação do Kediva. Para proteger os capitais investidos, o Almirantado mandou uma esquadra da *Home Fleet* bombardear Alexandria. E, como remate, veio a ocupação do Egito.

A França abdicou dos seus direitos em troca da renúncia da Inglaterra aos direitos sôbre Marrocos.

A Grã-Bretanha intensifica a exploração do ouro na região montanhosa da Colúmbia Inglesa, do petróleo e da hulha na Serra Nevada, do cobre na Terra Nova, do carvão nas Bermudas e em Bornéo pela *North Borneo Company*.

A Alemanha, por seu lado, procura clientes para a sua indústria. Estabelece-se no Camarão, em Zanzibar e na Damaralândia, enquanto que a França lhe cedia parte do Gabão e Ubanghi, fonte de matérias-primas.

Os U. S. A. respondem do outro lado do Atlântico aos países europeus. Fortemente industrializada, cada vez mais industrializada, a América possui longas e nume-

rosas linhas férreas e é riquíssima em matérias-primas (a Califórnia é o segundo produtor mundial de ouro; a prata existe em proporções enormíssimas na Serra Nevada; o petróleo é explorado na razão de metade da exploração mundial; o mesmo sucede com o cobre; é rica em ferro e de carvão de pedra os jazigos norte-americanos são os mais férteis do globo). A indústria e a finança americanas em breve rivalizaram com as inglesas e nos primeiros anos do séc. XX já lhe tomavam a dianteira.

Na Europa fala-se em «perigo americano». O bloco americano constrói uma poderosa esquadra. Desenvolve uma potente máquina de guerra. Promove a continuação das obras do Canal de Panamá, encetadas por uma sociedade anónima constituída em França sob a direcção de Lesseps e não concluídas por motivos de falência. Foi o escândalo do Panamá, em que estiveram envolvidos, como participantes, alguns ministros e deputados, contra a letra expressa da lei constitucional francesa.

A importância da abertura do Canal foi fantástica. Os oceanos Atlântico e Pacífico juntaram as águas. O Oriente e o Ocidente americanos foram postos em comunicação marítima. Os *United States of America* exercem hegemonia nas Américas.

Em 1898, Pôrto-Rico passa para os E. U. A. que anexaram também as Carolinas, as Filipinas e os arquipélagos de Haway e Sonda. Em 1899 foram descobertas minas de ouro na Alasca. A Finança de Washington investe capitais, impulsiona a indústria e o comércio.

Anos antes, em 1894 (falemos do Extremo Oriente), o Japão lança a sua primeira ofensiva imperialista contra a China, um dos países, hoje tão progressivo e cioso da sua liberdade, que mais vitimados têm sido pela voracidade estrangeira. Chan-Tung, região hulfifera, foi ocupada pela Alemanha em 1897. A Inglaterra domina no maior pôrto da Ásia, Hong-Kong. Nos fins do séc. XIX tomou Wei-Hai-Wei, Kiao-Tchen foi arren-

dado à Alemanha e Kuang-Tshen à França. O Japão domina na ilha Formosa, na Corêa e actualmente na Manchúria.

As ambições dos estados não têm limites. Fazem partilhas, dividem o espaço económico. Em 1904, um pacto franco-britânico repartiu entre os signatários a Indo-China, rica em produtos agrícolas e minerais. A Inglaterra ficava dominando na Birmânia e a França na Cochinchina, em Annam, nas minas de Tonquim e no algodão e betel de Cambodja.

Em 1907, um convénio anglo-russo deu à Rússia os mercados do Afeganistão e à Inglaterra o protectorado do Beluquistão.

Depois veio a guerra de 1914-1918.  
f) Vejam-se êstes dados estatísticos sôbre a extracção do carvão e do ferro, sob cujo signo foi conduzida a guerra de 14-18.

#### Extracção do carvão (em toneladas)

PAÍSES	Em 1880	Em 1913
Inglaterra . . . . .	147:000:000	292:000:000
França . . . . .	19:000:000	41:000:000
Alemanha . . . . .	59:000:000	270:000:000
E. U. A. . . . .	70:000:000	517:000:000

#### Extracção do ferro (em toneladas)

PAÍSES	Em 1880	Em 1913
Inglaterra . . . . .	7:780:000	10:400:000
França . . . . .	3:070:000	5:300:000
Alemanha . . . . .	5:120:000	19:000:000
E. U. A. . . . .	3:840:000	31:000:000

Convém notar que as datas indicadas representam dois passos decisivos na história da civilização guerreira. 1880 significa o princípio aproximadamente da

política imperialista. 1913, as vésperas do choque internacional.

g) A Alemanha importava da Bulgária em 1929, 30 % das suas exportações. Em 1930, a percentagem ascedia a 63 %. Consumia das exportações da Grécia, Jugoslávia, Turquia, Hungria e Roménia, em 1929, respectivamente: 23 %, 8,5 %, 13 %, 12 % e 28 %. Em 1938 os números são: 43 %, 50 %, 47,5 %, 50 % e 36 %.

Por seu lado, exportava para êsses países:

	Em 1929	Em 1938
Bulgária . . . . .	22 0/0	58 0/0
Grécia . . . . .	9 0/0	32 0/0
Jugoslávia . . . . .	16 0/0	50 0/0
Turquia . . . . .	15 0/0	51 0/0
Hungria . . . . .	20 0/0	48 0/0
Roménia . . . . .	24 0/0	50 0/0

política imperialista 1913, as vésperas do choque inter-  
 nacionalista e a crise de 1929, a crise de 1933 e a crise de 1937.  
 A Alemanha importava da Bulgária em 1929,  
 30% das suas exportações. Em 1930, a percentagem  
 ascendeu a 63%. Consumo das exportações da Grécia,  
 Hungria, Turquia, Hungria e Romênia, em 1929, res-  
 pectivamente: 22%, 8,2%, 12%, 12% e 28%.  
 Em 1930 os números são: 43%, 20%, 47,2%, 20%  
 e 36%.

Por seu lado, exportava para esses países: 10%  
 em 1929 e 10% em 1930.

País	1929	1930
Hungria	22%	43%
Turquia	12%	20%
Hungria	8,2%	47,2%
Romênia	28%	20%
Grécia	63%	60%

Em 1929, a Alemanha importava da Bulgária 30% das suas exportações. Em 1930, a percentagem ascendeu a 63%. Consumo das exportações da Grécia, Hungria, Turquia, Hungria e Romênia, em 1929, respectivamente: 22%, 8,2%, 12%, 12% e 28%. Em 1930 os números são: 43%, 20%, 47,2%, 20% e 36%.

Por seu lado, exportava para esses países: 10% em 1929 e 10% em 1930.

Em 1929, a Alemanha importava da Bulgária 30% das suas exportações. Em 1930, a percentagem ascendeu a 63%. Consumo das exportações da Grécia, Hungria, Turquia, Hungria e Romênia, em 1929, respectivamente: 22%, 8,2%, 12%, 12% e 28%. Em 1930 os números são: 43%, 20%, 47,2%, 20% e 36%.



BIBLIOGRAFIA

- MAGALHÃES VILHENA, *O Progresso — História breve de uma idéia.*  
FERNANDO PINTO LOUREIRO, *Individualismo e Anti-individualismo no Direito Privado.*  
OLIVEIRA MARTINS, *O regime das Riquezas.*  
DR. COSTA LEITE, *A teoria das Crises.*  
BEER, *Histoire générale.*  
ROMAIN ROLIAND, *Au-dessus de la Méllée.*  
JACQUES DUBOIN, *Libération.*  
GEORGE FRIEDMAN, *La Crise du Progrès.*  
GASTON JÈZE, *Cours élémentaires des Sciences de Finances.*  
MAX GEORG SCHMIDT, *História del Comércio Mundial.*  
N. GUTERMAN e H. LEFEBVRE, *La Conscience Mystifié.*

# CADERNOS AZUIS

COLECCÃO DE CULTURA VIVA

---

---

Biblioteca de pequenas obras completas sôbre os variados problemas contemporâneos, vistos por homens do nosso tempo — **Contos e novelas.**

**Assinaturas: 2 cadernos, 6 escudos**

**4 cadernos, 10 escudos (pagamento adiantado)**

**Sairá, em média, 1 volume por mês**

Em virtude de lhes ser impossível manter o preço anterior, os editores desta colecção viram-se obrigados a elevar ligeiramente o preço de cada volume. Contudo, estabelecem uma nova modalidade de assinatura, ao preço anterior, só para aquêles que a sollicitarem.

LEIA, ASSINE E PROPAGUE OS  
**CADERNOS AZUIS**

A SEGUIR:

**CADERNOS AZUIS** publicados:

N.º 1

## **O CINEMA EM MARCHA**

Ensaio de MANUEL DE AZEVEDO

Uma visão histórica de grande actualidade, da evolução do cinema como técnica, como negócio e como arte.

**PREÇO 3\$00**

■  
N.º 2

## **A ARTE E A VIDA**

Conferência de ANTÓNIO RAMOS DE ALMEIDA

Um estudo sereno e de grande agudeza crítica sôbre as correntes literárias modernas, que é ao mesmo tempo indispensável para a compreensão da polémica sôbre o neo-realismo em arte.

**PREÇO 3\$00**

**A SEGUIR:**

# **NASCEU UM MALTEZ!**

**CONTOS**

**DE**

**JORGE VÍTOR**

O ambiente alentejano dado  
através da personalidade forte  
de um escritor novo, que é uma  
autêntica revelação entre nós.

**COM GRAVURAS EM MADEIRA  
DE AZEVEDO**

LIBRARY OF THE

1881

LIBRARY OF THE



# NESTA COLECÇÃO

BREVEMENTE :

## CADERNOS DE:

*Jorge Vítor*

*Duarte Pires de Lima*

*Afonso Ribeiro*

*Eugénio Freire*

*Mário Ramos*

*João Alberto*

*Armando Ventura Ferreira*

*Agostinho da Silva*

*Luís Vieira*

*Eduardo Reis*

*Júlio Gesta*

*Manuel de Azevedo*

*João Campos*

*António de Figueiredo*

**CONTENDO:** Ensaíos sôbre arte, literatura; estudos de economia, história; literatura de ficção; divulgação científica e filosófica; pedagogia, etc.



# CADERNOS AZUIS

Direcção de MANUEL DE AZEVEDO

55, LARGO DOS LÓIOS, 56

PÓRTO

PREÇO

3 \$ 00

Imp. Portuguesa. - Porto

Shi